

DIELY FÁTIMA SOUZA

**ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DIANTE DO  
ALCOOLISMO E DO CONSUMO PROBLEMÁTICO DE ÁLCOOL NO  
CONTEXTO DE TRABALHO**

São João del-Rei  
PPGPSI – UFSJ  
2022

DIELY FÁTIMA SOUZA

**ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DIANTE DO ALCOOLISMO E  
DO CONSUMO PROBLEMÁTICO DE ÁLCOOL NO CONTEXTO DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia  
Linha de Pesquisa: Instituições, Saúde e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dalla Vecchia

São João del-Rei  
PPGPSI – UFSJ  
2022

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB) e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S729a Souza, Diely Fátima.  
Atuação de profissionais de Psicologia diante do alcoolismo e do consumo problemático de álcool no contexto de trabalho / Diely Fátima Souza ; orientador Marcelo Dalla Vecchia. -- São João del Rei, 2022.  
58 p.

Dissertação (Mestrado - Psicologia) -- Universidade Federal de São João del-Rei, 2022.

1. Alcoolismo. 2. Atuação do psicólogo. 3. Trabalho. 4. Psicologia Social do Trabalho. 5. Revisão sistemática. I. Vecchia, Marcelo Dalla, orient. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 40 / 2022 - PPGPSI (13.24)**

**Nº do Protocolo: 23122.032966/2022-49**

**São João del-Rei-MG, 18 de agosto de 2022.**

A Dissertação "**Atuação de profissionais de Psicologia diante do alcoolismo e do consumo problemático de álcool no contexto de trabalho**"

elaborada por **Diely Fátima Souza**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito parcial à obtenção do título de

### **MESTRA EM PSICOLOGIA**

#### **BANCA EXAMINADORA:**

Profa . Dra. Vanessa Andrade de Barros (UFMG)

Assinado por concordância com ata de defesa realizada por videoconferência

*(Assinado digitalmente em 22/08/2022 07:03 )*

CASSIA BEATRIZ BATISTA E SILVA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
COPSI (12.70)  
Matrícula: 2117285

*(Assinado digitalmente em 18/08/2022 16:43 )*

MARCELO DALLA VECCHIA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DPSIC (12.25)  
Matrícula: 1542751

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **40**, ano: **2022**, tipo: **ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **18/08/2022** e o código de verificação: **473ce88583**

## Dedicatória

Dedico à minha filha, Júlia, que se fez morada em meu ventre no fim da dissertação. Que ela saiba que lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na universidade produzindo conhecimento científico para tentar transformar o mundo em um espaço melhor para se viver e conectar com as pessoas.

## **Agradecimentos**

A Deus, por ter me fortalecido nos momentos mais nebulosos e incertos deste mestrado.

Ao meu marido, Pedro Couto, meu maior incentivador e apoiador. Obrigada por me amar e proporcionar a segurança necessária para dedicar integralmente ao mestrado nesta reta final.

Ao prof. Dr. Marcelo Dalla Vecchia que me acolheu em todos os momentos, compreendeu as minhas vulnerabilidades, mas acima de tudo, acreditou em meu potencial e me orientou da melhor forma possível.

Aos meus familiares, em especial aos meus pais e meu irmão, que entenderam minha ausência e sempre torceram por mim.

À minha colega de classe e amiga, Deruchette Magalhães, pelo companheirismo em toda a jornada e pelos inúmeros compartilhamentos de dores, alegrias e aprendizados.

Aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ, em especial aos docentes, por todo o suporte e ensinamento. Foi uma honra ter convivido com vocês!

Às professoras que participaram das minhas bancas, Dra. Cássia Beatriz Batista e Silva e Dra. Vanessa Andrade de Barros, pela imensa generosidade, disposição, acolhimento e contribuições importantíssimas para meu trabalho.

Agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para que eu pudesse realizar este sonho.

**Resumo**

A inserção dos profissionais de Psicologia nos contextos de trabalho, assim como na área de Saúde do Trabalhador, possui certa consolidação e reconhecimento no país. Todavia, o mesmo não parece ocorrer quando se trata de intervenções realizadas por psicólogas/os diante do consumo de álcool realizado por trabalhadores. Buscou-se identificar e analisar, na literatura científica nacional, as práticas realizadas por psicólogas/os diante do alcoolismo e do consumo problemático de álcool nos contextos de trabalho. A metodologia utilizada foi a revisão sistemática de literatura, baseando-se na Recomendação PRISMA, tendo como referencial teórico a Psicologia Social do Trabalho. As buscas foram realizadas nas bases de dados eletrônicas: LILACS, PePSIC, SciELO, CAPES, BDTD e CREPOP, utilizando os descritores e operadores booleanos: “alcoolismo AND trabalho”; “psicologia AND alcoolismo AND trabalho”; “alcoolismo AND psicologia”. Baseando-se nos critérios de inclusão e exclusão, apenas 11 estudos foram selecionados para análise, o que evidencia uma baixa produção de publicações sobre o fenômeno em questão. De forma geral, compreendeu-se que as intervenções possuem como objetivo estimular a abstinência nos trabalhadores e a maioria se baseou nos pressupostos da Teoria Cognitiva Comportamental. Nenhuma prática utilizou estratégias de redução de danos. As ações foram organizadas de modo estruturado e com pouca flexibilidade, com os atendimentos seguindo etapas pré-determinadas, o que pode ter dificultado a participação dos trabalhadores e o desenvolvimento das atividades das/os psicólogas/os. Argumenta-se sobre a importância de refletir sobre as atuações das/os psicólogas/os, através da criação de espaço dialógicos e do incentivo à produção científica, com intuito de atualizar o ofício.

**Palavras-chave:** Alcoolismo, Atuação do psicólogo, Trabalho, Psicologia Social do Trabalho, Revisão sistemática.

## **Abstract**

The involvement of Psychology professionals in work settings, as well as in the area of Occupational Health, has a certain consolidation and recognition in the country. However, the same does not seem to occur when it comes to interventions carried out by psychologists regarding alcohol consumption by workers. We sought to identify and analyze, in the national scientific literature, the practices carried out by psychologists given the alcoholism and problematic alcohol consumption in work settings. A systematic literature review was conducted, based on PRISMA Statement, and the Social Psychology of Work was the chosen theoretical framework. The inquiries were carried out in the following electronic databases: LILACS, PePSIC, scIELO, CAPES, BDTD and CREPOP, using the boolean descriptors and operators: “alcoholism AND work”; “psychology AND alcoholism AND work”; “Alcoholism AND Psychology”. Based on the inclusion and exclusion criteria, only 11 studies were selected for analysis, which shows a low production of publications on the issue. In general, it was observed that the interventions aim to stimulate alcohol abstinence in workers and most were based on the assumptions of the Cognitive Behavioral Theory. No practice used harm reduction strategies. The actions were organized in a structured and inflexible way, with the attendances following pre-determined steps, which may have hampered the workers’ participation and the development of the psychologists’ activities. It is argued about the importance of reflecting on the performances of psychologists, through the creation of dialogic spaces and the encouragement of scientific production, in order to update the craft.

**Keywords:** Alcoholism; Psychologists’ work; Work; Social Psychology of Work; Systematic review.



## Sumário

1. Capítulo 1.	
ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DIANTE DO ALCOOLISMO E DO CONSUMO PROBLEMÁTICO DE ÁLCOOL NO CONTEXTO DE TRABALHO .....	2
1.1 Apresentação.....	10
1.2 Introdução.....	12
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 Objetivo Geral.....	17
1.3.2 Objetivos Específicos.....	17
1.4 Metodologia.....	17
2. Capítulo 2.	
ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DIANTE DO ALCOOLISMO E DO CONSUMO PROBLEMÁTICO DE ÁLCOOL NO CONTEXTO DE TRABALHO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	19
2.1 Introdução.....	19
2.2 Metodologia.....	27
2.3 Resultados e Discussão.....	31
2.3.1 As intervenções realizadas por psicólogas/os diante do fenômeno do alcoolismo e do consumo problemático de álcool nos contextos de trabalhos.....	38
2.4 Considerações Finais.....	48
2.5 Referências.....	53
3. Capítulo 3.....	58
3.1 Considerações Gerais.....	58
3.2 Referências .....	59

## Capítulo 1.

### 1.1 Apresentação

A construção desta pesquisa é resultado de um conjunto de experiências que me fazem refletir sobre a atuação dos profissionais de Psicologia diante do alcoolismo e do consumo problemático de álcool nos contextos laborais, justamente por ter atuado nesta área. Enxerguei-me, primeiro como estudante e depois como psicóloga, em um lugar desconcertante, desafiador, cercado de não-ditos e de tabus sobre as práticas desenvolvidas e na maioria das vezes sobre as ações não realizadas. Observei que eu e muitos colegas de profissão possuíamos dúvidas e angústias semelhantes, mesmo atuando em contextos de trabalhos tão diferentes e por vezes nestas situações escolhíamos não atuar pela falta de conhecimento ou éramos impedidos de agir pela própria organização e condições de trabalho.

Minhas dúvidas se iniciaram a partir dos estágios que participei nas áreas de Saúde Pública, Saúde do Trabalhador e Psicologia Organizacional. Estagiei no “Programa de apoio à prevenção, tratamento e reinserção social do dependente químico – Roda Vida”, tendo como foco ações preventivas realizadas em escolas públicas. Fui membro da empresa júnior de psicologia, “Perfil Consultoria Jr.”, que desenvolvia consultorias na área de Gestão de Pessoas. Além disso, fui bolsista de extensão em um projeto que realizou um diagnóstico organizacional com objetivo de estudar as condições de saúde dos servidores da Prefeitura Municipal de São João del-Rei. Em seguida, atuei como monitora da disciplina de História da Psicologia do Trabalho, realizei uma pesquisa de iniciação científica sobre a saúde dos docentes universitários, auxiliiei na organização do “I Congresso Internacional de Psicologia do Trabalho: uso de substâncias psicoativas nos contextos laborais” e fui estagiária na área de Gestão de Pessoas em uma concessionária de veículos automotivos. Durante minha trajetória universitária, seja adquirindo experiências na esfera pública ou privada, envolvida de forma direta ou indireta com o campo de álcool e outras drogas, acreditei que poderia estar um pouco mais preparada para responder algumas demandas da área da Saúde do Trabalhador, porém a realidade me mostraria o contrário.

Depois de formada, meu primeiro emprego foi como assistente de recursos humanos em um grupo de empresas ligado a área de transportes, agroindústria e revenda de veículos.

Um ramo predominantemente masculino, tanto em relação aos clientes, quanto em relação aos trabalhadores e conseqüentemente, por vivermos em uma sociedade estruturalmente machista, esta configuração de trabalho trouxe uma série de percalços para minha atuação enquanto psicóloga. Nesta empresa realizei atividades clássicas da área de Psicologia Organizacional como: recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, análise e descrição de cargos e apoio à área de Medicina do Trabalho. Atendi trabalhadores que eram encaminhados por seus gestores por realizarem consumo problemático de álcool (inclusive no local de trabalho), conseqüentemente ficavam expostos a riscos de segurança e apresentavam dificuldades para exercer sua função. Face a este cenário, surgiram muitas dúvidas sobre como desenvolver as práticas necessárias para tentar responder tais demandas e compreendi que precisava discutir essa situação com outros psicólogos do trabalho, mas percebia que este era um tema tabu, quase que um segredo organizacional. Por isso resolvi cursar uma pós-graduação *lato sensu* na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, mas percebi que ainda não era suficiente, talvez seria apenas o primeiro passo.

Diante disso, optei por ingressar no mestrado visando buscar algumas respostas para meus questionamentos e experimentar o mundo acadêmico como possibilidade de atuação. No mestrado participei de aulas e supervisões presenciais que foram essenciais para o aprimoramento do projeto de pesquisa e para minha formação. Realizei estágio docência na disciplina de Teorias e Técnicas Grupais I, que faz parte da matriz curricular do curso de graduação em Psicologia da UFSJ, ministrada pelo orientador desta pesquisa de mestrado, a qual considero uma experiência única e modificadora que despertou meu desejo pela docência universitária.

No fim do primeiro ano do mestrado, assumi o cargo de psicóloga em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), após aprovação em concurso público. Contudo, minhas condições ocupacionais foram prejudicadas pela pandemia da *Covid-19*. Destaca-se que a Assistência Social foi considerada um trabalho essencial pelo Governo Federal, ou seja, as atividades deveriam ser exercidas de forma presencial e ininterrupta. Por isso, todos os profissionais ficaram expostos diariamente ao risco de contágio, além disso, eu e muitos colegas de trabalho sofremos danosas conseqüências emocionais e psicológicas provocadas pela ampliação da demanda de serviço em virtude do aumento das

vulnerabilidades psicossociais da população atendida. Tais mudanças exigiram da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a construção e execução de diversas intervenções emergenciais e até mesmo paliativas para os usuários dos serviços. Toda esta sobrecarga e a extensa jornada de trabalho diária impossibilitaram a realização de uma pesquisa empírica e impactaram diretamente minha saúde física e mental. Após um ano e dez meses de atuação no SUAS solicitei minha exoneração e desde novembro de 2021 me dedico de forma integral ao mestrado.

Ciente das transformações vivenciadas na sociedade e dos impactos na saúde dos trabalhadores, mais do que nunca se faz necessário investigar e analisar a atuação dos profissionais de Psicologia diante do alcoolismo e do consumo problemático de álcool nos contextos de trabalho, tanto para compreender as ações realizadas, quanto para provocar um debate visando à construção de práticas em um contexto pandêmico e mesmo em um cenário pós pandemia. Para isso, desenvolvi uma revisão sistemática da literatura cujos resultados serão apresentados a seguir. Adotei uma metodologia que buscasse assegurar um rigor na qualidade da revisão sistemática, optando-se, assim, pela adoção da Recomendação PRISMA, com submissão do artigo para publicação na revista *Psicologia: Organizações & Trabalho* (classificada no extrato A2 nos Qualis CAPES 2013-2016).

## **1.2 Introdução**

Tem sido usual unificar como “Psicologia Organizacional e do Trabalho” as perspectivas da Psicologia que se dedicam a compreender e intervir no mundo do trabalho. Todavia, Bernardo et al. (2015) argumentam sobre a impossibilidade de englobá-las por possuírem bases epistemológicas, metodológicas, ideológicas e políticas muito diferentes entre si, tendo como situações exemplares desta distinção a Psicologia Organizacional e a Psicologia Social do Trabalho (uma abordagem localizada dentro da Psicologia do Trabalho). As autoras pontuam que a Psicologia Organizacional constrói suas teorias e práticas de modo a privilegiar os interesses da organização e a maioria das intervenções são realizadas nos contextos empresariais. Por sua vez, a Psicologia Social do Trabalho desenvolve concepções críticas sobre as relações sociais de trabalho, privilegiando as vivências dos próprios trabalhadores.

Para além das posições conflitantes nos fundamentos destas abordagens teóricas, verifica-se que as atuações realizadas pelos profissionais de Psicologia nos contextos de trabalho vêm sendo modificadas ao longo do tempo no Brasil. Salienta-se que nesta dissertação, a perspectiva teórico-metodológica adotada foi a Psicologia Social do Trabalho, todavia se faz importante discutir alguns fundamentos epistemológicos da Psicologia Organizacional, assim como as atividades realizadas pelos psicólogos organizacionais tendo em vista que esta abordagem continua sendo hegemônica em nosso país.

Segundo Zanelli et al. (2004), tradicionalmente, a/o psicóloga/o organizacional tinha como foco o recrutamento e seleção, treinamento, avaliação de desempenho e análise ocupacional. Essas atribuições possuíam uma abordagem mais tecnicista. Coelho-Lima et al. (2011) acrescentam que outras atividades foram sendo incorporadas como a elaboração de projetos, diagnósticos, assessorias e consultorias. No que se refere a Psicologia Social do Trabalho, Sato (2010) pontua que as/os psicólogas/os desta linha teórica vêm se ocupando com os problemas sociais e humanos do trabalho, sejam eles nas organizações ou em outros contextos de trabalho, tendo foco as questões no âmbito da subjetividade, identidade, cognição social, processo de interação social e percepção.

Segundo Coutinho et al. (2017), o trabalho é a categoria central de análise para a Psicologia Social do Trabalho. Para compreender a intersubjetividade, as relações interpessoais realizadas no trabalho e a dimensão psicológica dos trabalhadores é preciso considerar os contextos sociais dos quais eles estão inseridos, tanto no âmbito macro, quanto também microsocial. O trabalho é assim entendido em suas dimensões materiais e históricas, considerando a divisão social do trabalho e as assimetrias existentes nestas relações de poder, assim como os valores e ideologias construídos pelo sistema econômico vigente. As teorias e práticas são direcionadas às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, analisam-se as condições singulares das quais elas são realizadas, preocupando-se com as relações, regras e valores presentes. A análise do trabalho é focada nos aspectos singulares e macrosociais, e quando a/o psicóloga/o direciona seu olhar para o cotidiano dos trabalhadores, como uma forma de apreensão do real, é possível compreender realidades locais (dimensão micro) e sociais (dimensão macro) que os permeiam.

De acordo com Bernardo et al. (2015), dentro da área de Saúde Pública, a Saúde do Trabalhador se constitui como a principal área de atuação da/o psicóloga/o social do trabalho, podendo realizar atividades de vigilância, desenvolvimento de estratégias de prevenção aos agravos da saúde relacionados ao ambiente laboral, além do atendimento aos trabalhadores que vivenciam algum sofrimento psíquico em decorrência do trabalho. Uma possível manifestação de sofrimento psíquico é o alcoolismo, condição que será enfatizada no presente trabalho.

A 11ª revisão da Classificação Internacional de Doença (CID 11), edição que entrou em vigor em 2022, diferencia os transtornos por uso de álcool em três categorias: dependência de álcool, padrão nocivo de uso de álcool e uso arriscado de álcool. De acordo com a CID 11, para que se possa emitir um diagnóstico de dependência de álcool é necessário identificar a ocorrência de pelo menos dois critérios dentre os seguintes, por um período de 12 meses: autocontrole comprometido em relação ao consumo de álcool; prioridade crescente do consumo de álcool, tornando-se o foco central da vida do sujeito, e sintomas fisiológicos como tolerância e abstinência. É possível construir ainda esta hipótese diagnóstica se o consumo de álcool for realizado diariamente, por pelo menos um mês. Já o padrão nocivo de uso de álcool é considerado uma subdependência e é definido como a existência de padrões de consumo que provocaram consequências negativas à saúde física ou mental do indivíduo ou que levaram a ocorrência de comportamento nocivo à saúde de outras pessoas. Por fim, o uso arriscado de álcool é definido como um padrão de consumo capaz de ampliar significativamente o risco de causar danos à saúde física ou mental do próprio usuário ou de terceiros, sendo necessária a realização de atendimento por profissionais de saúde, ou seja, nesta circunstância ainda não houve a ocorrência de danos, diferentemente do padrão nocivo de uso de álcool (CISA, 2022).

Moraes e Barroco (2016) realizaram uma revisão de literatura com o intuito de compreender as concepções e formulações hegemônicas atuais sobre o alcoolismo no Brasil. Eles analisaram 112 pesquisas e identificaram que todas explicavam as causas do alcoolismo através de uma compreensão multifatorial (ou biopsicossocial), ou seja, haveria determinantes biológicos, psicológicos, comportamentais, sociais e ambientais que levariam ao adoecimento. Entretanto, os autores concluíram que, ainda que os estudos apresentassem o intuito de tecer uma abordagem que ampliasse a concepção do alcoolismo

e abarcasse todos os aspectos de sua etiologia, o resultado, na maioria das vezes, era a construção de uma compreensão unicausal valorizando os aspectos individuais e nosológicos. Diante disso, eles sugerem que o alcoolismo seja compreendido como uma produção humana, devendo analisar suas manifestações tanto no âmbito individual, quanto no coletivo, considerando sua totalidade e evitando construir quaisquer concepções que promovam fragmentações, ainda que sejam biopsicossociais. Mais importante que identificar a etiologia do alcoolismo e reduzir o homem a esta condição psicopatológica seria considerar suas possibilidades e potencialidades através de uma dimensão sócio-histórica, contemplando não apenas contexto atual e a história individual, mas também as relações sociais decorrentes das produções humanas. Segundo Lima et al. (2015), propor uma definição de alcoolismo e explicar sua etiologia é algo extremamente difícil dado à complexidade deste fenômeno e a inexistência de consenso entre os estudiosos de diferentes campos de saber. Todavia, os autores argumentam sobre a importância de adotar, nas pesquisas e intervenções, uma postura que busque compreender o “indivíduo alcoolista” não só no contexto de trabalho, mas também em seu cotidiano visando acessar os aspectos de sua história que é singular, assim como os dramas existenciais vivenciados e as funções que o álcool desempenha em sua vida.

Lima e Leal (2015) discorrem sobre os dados epidemiológicos encontrados através da análise dos prontuários de um complexo hospitalar psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais, no ano de 2002. Constatou-se que algumas categorias profissionais tendem a apresentar transtornos mentais bem mais específicos em comparação com a população economicamente ativa da região do estudo. Dos 3.912 prontuários acessados foi possível identificar as atividades profissionais de 1.711 pacientes e as pesquisadoras optaram por agrupá-las em categorias profissionais, sendo que as mais encontradas foram as seguintes: trabalho rural (19,1%), construção civil (17,7%), trabalho de empregada doméstica (13%), atividades autônomas (8,3%) e trabalho industrial (6,7%). Por sua vez, os diagnósticos com maior prevalência foram: transtornos mentais relacionados ao uso de álcool (48,5%), transtornos psicóticos (18,7%), transtornos do humor (12,7%) e transtornos mentais orgânicos (7,8%). Das categorias profissionais, o diagnóstico por transtorno de uso de álcool foi identificado da seguinte forma: 56,9% dos motoristas possuíam tal diagnóstico, 54,5% de policiais militares também, assim como 47% dos operários da construção civil e

25,4% dos trabalhadores rurais.

Segundo Paiva e Costa (2017), o consumo de substâncias psicoativas pode ser visualizado em nosso cotidiano de forma corriqueira e configura-se como uma prática humana muito antiga. Todavia, observa-se que as funcionalidades do consumo se diversificam influenciadas pelo contexto sociocultural no qual o sujeito está inserido. No que se refere ao contexto de trabalho, Lima (2010) argumenta que o consumo de drogas, incluindo o de álcool, pode ser considerado funcional na medida em que ele auxilia o trabalhador a realizar suas atividades ou até mesmo suportar o seu próprio trabalho que possui péssimas condições e/ou é permeado por pressões. Desta forma, o consumo de substâncias psicoativas ganha um caráter de instrumento de trabalho, aquele que facilita a realização das atividades, mas também, em outros momentos, pode ser compreendido como disfuncional pela organização. O consumo disfuncional acontece quando existe um quadro de abuso ou dependência de álcool e outras drogas, mas principalmente quando o trabalhador diminui sua produtividade e o empregador começa a obter prejuízos com a força de trabalho contratada advindos de acidentes de trabalho, faltas sem justificativas e condutas errôneas ao desempenhar as atividades. A autora destaca que a mesma substância, o álcool, que possibilitou a realização das atividades no trabalho, pode tornar-se um problema para a organização.

Déa et al. (2004) discorrem sobre a urgência de desenvolver e executar intervenções preventivas ao consumo problemático de álcool que proporcionem aos consumidores o acesso ao conhecimento dos riscos e estratégias para reduzir os danos provocados pela ingestão desta substância psicoativa. Consideram ainda que a atuação dos profissionais de Psicologia, articulada com os demais profissionais da saúde, possui um papel fundamental para lidar com este fenômeno tão complexo. Silva et al. (2019) concluíram que a maioria dos trabalhadores do setor metalúrgico consumia bebidas alcoólicas, principalmente na modalidade de *binge drinking* (beber pesado episódico). Este padrão de consumo caracteriza-se pela ingestão de, no mínimo, quatro doses de bebida alcoólica em um único episódio para mulheres e cinco doses para homens. As pesquisadoras argumentaram sobre importância de as empresas desenvolverem programas de prevenção e tratamento, com fins de minimizar os acidentes de trabalho, os índices de absenteísmo e as quedas na produtividade.



Diante do exposto, considerando as atividades realizadas por psicólogas/os nos diversos contextos de trabalho, em especial na área de Saúde do Trabalhador, tendo em vista o alcoolismo enquanto uma produção humana e a relação do consumo de álcool com o trabalho, acredita-se ser necessário identificar e compreender as intervenções realizadas por profissionais de Psicologia diante do consumo problemático de álcool e o alcoolismo no contexto de trabalho através de revisão sistemática de literatura. Busca-se construir uma perspectiva crítica sobre as intervenções realizadas por profissionais de Psicologia baseando-se nos pressupostos da Psicologia Social do Trabalho, através da leitura na íntegra dos estudos selecionados. Objetiva-se ainda analisar como surgiram as demandas para as/os psicólogas/os atuarem, qual a metodologia e os fundamentos teóricos adotados para sua execução. No Capítulo 2 serão apresentados os resultados construídos nesta pesquisa, com o intuito de contribuir com os debates realizados na área da Saúde do Trabalhador que se dedicam a compreender o consumo de álcool por trabalhadores, assim como colaborar para as discussões da própria Psicologia enquanto ciência e profissão.

### **1.3 Objetivos**

**1.3.1 Objetivo Geral:** Identificar e analisar, na literatura científica nacional, as práticas realizadas por psicólogos referente ao consumo problemático de álcool e o alcoolismo no contexto de trabalho.

#### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- Analisar como surgiram as demandas para que os psicólogos desenvolvam ações para trabalhar o fenômeno do consumo problemático de álcool e o alcoolismo no trabalho.
- Compreender como os psicólogos construíram ações que tenham como foco o consumo problemático de álcool e o alcoolismo no trabalho.
- Analisar as práticas implementadas por psicólogos para trabalhar questões relacionadas ao consumo problemático de álcool e alcoolismo no contexto de trabalho.

### **1.4 Metodologia**

Este estudo adotou a metodologia de revisão sistemática de literatura com a

finalidade de identificar e compreender, nas pesquisas científicas brasileiras, as intervenções realizadas por profissionais de Psicologia diante do consumo problemático de álcool e o alcoolismo no contexto de trabalho. A metodologia foi conduzida baseando-se na *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), também denominada de Recomendação PRISMA. A revisão sistemática de literatura foi escolhida tendo em vista que não fora identificado estudo semelhante na literatura científica brasileira. Além disso, destaca-se que a pesquisa foi desenvolvida em um contexto pandêmico, cenário de emergência de saúde pública em decorrência da propagação do Coronavírus, o que dificultou a realização de um estudo empírico em virtude da exigência de distanciamento social para proteção da população.

A análise dos dados produzidos se deu de forma qualitativa e construiu-se algumas categorias de análise para responder o problema de pesquisa, de acordo com o referencial teórico da Psicologia Social do Trabalho dialogando também com temáticas que surgiram durante o processo interativo da leitura e escrita. Os resultados da pesquisa foram expostos no Capítulo 2 e encontram-se em formato de artigo.

## Capítulo 2<sup>1</sup>.

### **Atuação de psicólogos diante do consumo problemático de álcool e o alcoolismo no contexto de trabalho: Uma revisão sistemática**

#### **2.1 Introdução**

As atividades realizadas pelos trabalhadores são afetadas por mudanças que acontecem na sociedade, sejam elas políticas, econômicas, sociais e culturais. Teorias científicas e práticas profissionais são produzidas, criticadas, modernizadas, reavaliadas e adaptadas com a finalidade de adequar-se melhor as demandas sociais. A/O psicóloga/o que se ocupa do mundo do trabalho não se difere do restante dos profissionais e ao longo do tempo também tem suas intervenções transformadas.

Segundo Pereira e Pereira Neto (2003), a inserção da/do psicóloga/o no mercado de trabalho consolidou-se a partir de 1940 na gestão do presidente Getúlio Vargas, que impulsionou o processo de industrialização no país. Este novo cenário econômico e político possibilitou a contratação de psicólogos/os nas indústrias visando exercer atividades de classificação, recrutamento e seleção de pessoas. O objetivo primordial era “selecionar a pessoa certa para o trabalho certo” com o intuito de melhorar o desempenho na função e maximizar a produtividade. Destaca-se que a regulamentação da profissão de psicóloga/o ocorreu apenas em 1962 com a promulgação da Lei nº 4.119, cerca de 20 anos após a entrada do profissional de Psicologia no mercado de trabalho brasileiro.

Leão (2012) aponta que, após 1950, o campo de atuação foi ampliado, pois as atividades não eram realizadas apenas nas indústrias, mas também nas organizações que passam a ser compreendidas como um sistema complexo. Com isso, este campo do saber, até então denominado de Psicologia Industrial, ganha novo contorno com as práticas e teorias desenvolvidas pela Psicologia Organizacional. Não somente importava compreender

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à Revista Psicologia Organizações e Trabalho, que incorporará sugestões da banca de defesa de dissertação. O texto submetido foi incluído aqui para avaliação aos membros da banca, porém não será incluído na versão da dissertação a ser disponibilizada no Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES. Esse procedimento visa garantir a originalidade e a avaliação cega entre pares, em conformidade com as diretrizes éticas vigentes da publicação científica na área da Psicologia.

o comportamento individual, mas também o grupal, seus subsistemas e as formas de reação a partir das influências internas e externas na organização, ou seja, o comportamento organizacional tornou-se o foco primordial para análise. Neste período, com as alterações dos modelos de produção, principalmente influenciada pelo toyotismo, a Psicologia Organizacional se propôs a realizar intervenções direcionadas ao controle de qualidade, criação de metodologias de gerenciamento, trabalho em equipe, clima e cultura organizacional. Zanelli et al. (2014) argumentam que, também neste momento histórico, foram incorporadas ações de treinamento, desenvolvimento e avaliação de desempenho.

Zanelli et al. (2014) pontuam ainda que, em meados das décadas de 1970 e 1980 (fim do regime militar ditatorial brasileiro), as intervenções clássicas da Psicologia Organizacional começaram a ser fortemente criticadas. Os argumentos declaravam que as/os psicólogas/os organizacionais não se implicavam com as demandas sociais, desconsideravam o trabalho enquanto categoria de análise e havia incoerência entre o campo teórico e prático, no qual muitas/os profissionais não apresentavam um olhar crítico para as intervenções realizadas e muitas/os daqueles que possuíam estavam afastados das intervenções nos contextos de trabalho.

De acordo com Sato (2010), a Psicologia Organizacional se constituiu e permanece como uma abordagem hegemônica no campo da Psicologia que se dedica estudar o mundo do trabalho. A autora argumenta que apesar de ser possível observar as mudanças que ocorreram nas intervenções realizadas pelas/os psicólogas/os desta linha, as alterações não chegaram a impactar os objetivos e concepções adotadas por eles, havendo muitas vezes alterações apenas nas nomenclaturas das práticas (de gestão de recursos humanos para gestão de pessoas), mas as finalidades das atividades exercidas não foram impactadas.

Segundo Coutinho et al. (2017), a Psicologia Social do Trabalho (PST), abordagem adotada nesta pesquisa, surge justamente no período de redemocratização no Brasil, diferenciando-se da Psicologia Organizacional, tendo como objetivo construir concepções, embasadas na Psicologia Social, sobre os problemas vivenciados no mundo do trabalho para trazer melhorias para o cotidiano através da cidadania. Navarro et al. (2017) argumentam que apesar de muitos economistas afirmarem que na década de 1970 o país vivenciava um milagre econômico provocado pela industrialização, as condições de trabalho eram muito precárias, os índices de acidente de trabalho eram altíssimos, os

trabalhadores estavam adoecidos e grande parte da população estava em situação de vulnerabilidade social e financeira. O desenvolvimento industrial e econômico, segundo estes economistas, fora possível porque os trabalhadores e suas organizações sindicais estavam impedidos de se manifestarem e agir.

Coutinho et al. (2017) definem a PST como uma Psicologia Social que possui como foco, de compreensão e intervenção, os fenômenos ocorridos nos contextos de trabalho, incluindo as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores, embasando-se em pressupostos éticos não liberais. O olhar passa a ser deslocado também para as configurações de trabalho informal e para os desafios enfrentados pela sociedade. A PST visa ainda construir perspectivas críticas sobre o mundo do trabalho, promover questionamentos sobre as condições e formas de organização laborais, tecer apontamentos sobre as contradições vivenciadas pelos trabalhadores que provocam impedimentos e engessamentos em suas subjetividades e nos modos de manifestações do sujeito. A PST orienta, ainda, que o estudo e a intervenção devem considerar os contextos de trabalho de forma relacional e não contraditória. É extremamente importante observar, compreender e avaliar os aspectos relacionados ao “macro e ao micro; ao singular e ao geral; ao individual e ao coletivo; ao subjetivo e ao objetivo; ao mundo material e ao simbólico” (Coutinho et al., 2017, p. 15). Sendo assim, o papel da/o psicóloga/o social do trabalho possui um viés histórico-crítico ao identificar nos contextos de trabalho as contradições, as relações de poder, as formas de controle, as atividades realizadas, o sistema político e econômico, o processo produtivo e as constantes mudanças na sociedade.

Segundo Esteves et al. (2017) o campo da PST configurou-se e estabeleceu-se ao analisar as dinâmicas psicossociais envolvidas nos problemas vivenciados pelos trabalhadores e suas formas de enfrentamento a partir da compreensão das causas. Os objetos de estudo ganham contorno ao incorporar fenômenos sociais como o desemprego, reestruturações produtivas, precariedades do trabalho e percepções sociais dos trabalhadores sobre sua própria realidade. Valoriza-se a articulação da pesquisa com a intervenção, pois frequentemente as temáticas investigadas surgem através dos problemas vivenciados no cotidiano dos trabalhadores e o estudo busca criar modos de enfrentamento das situações problemáticas, desde a inserção do tema em debates nos espaços públicos até a construção de práticas que modifiquem concretamente os contextos trabalhistas. Por sua

vez, as intervenções realizadas necessitam de constantes pesquisas por não haver soluções universais para resolver as demandas dos trabalhadores.

Coutinho et al. (2017) descrevem que no âmbito das pesquisas na área de Saúde do Trabalhador, a PST se diferencia de outras perspectivas teóricas que visam melhorar o desempenho do trabalhador e, conseqüentemente, a produtividade, mediante compreensão da relação entre trabalho e saúde. Ao contrário, seu objetivo possui um caráter político e social, ao identificar as condições e os modos de organizações de trabalho que produzem adoecimento nos trabalhadores e, a partir disso, pretende-se criar caminhos para transformar o trabalho. Esteves et al. (2017) complementam que a abordagem proposta pela Psicologia Social se diferencia da Psicologia Clínica e da Psicologia de Saúde por considerar os aspectos sócio-históricos existentes nas relações de trabalho e buscar formas, junto com os trabalhadores, de modificar os problemas vivenciados. O adoecimento mental dos trabalhadores também pode se manifestar através do consumo problemático de álcool e este estudo se aprofundará nesta temática.

O álcool é uma substância psicoativa que possui efeito “calmante, euforizante, estimulante, relaxante, indutor do sono, anestésico e antisséptico” (Ministério da Saúde, 2001, p. 175). É uma droga extremamente conhecida, legalizada, socialmente aceita, de baixo preço e fácil acesso no Brasil. Dados atuais mostram que o alcoolismo é um problema de saúde pública, tanto no contexto global, quanto no nacional. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), mais de três milhões de pessoas vieram a óbito em 2016 devido ao consumo prejudicial de álcool. Supõe-se que atualmente 237 milhões de homens e 46 milhões de mulheres sejam diagnosticados com transtornos decorrentes do consumo de álcool no mundo. Para a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2020), o álcool caracteriza-se como um fator de risco para mortalidade e morbidade, sendo que na região da América Latina e do Caribe seu consumo possui índice superior ao da média mundial. Além disso, foi possível identificar um recorte de gênero relativo à ingestão desta droga no qual homens bebem mais regularmente que mulheres.

Em 2017 foi publicado o III Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, pesquisa organizada por Bastos et al. mediante parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Segundo Bastos et al. (2017), a prevalência do consumo de bebidas alcólicas foi de 30,1% e o de *binge drinking*

(episódios de beber pesado) era de 16,5%. Identificou-se ainda que, aproximadamente, 2,3 milhões de pessoas apresentavam quadro de dependência alcóolica, sendo mais frequente no gênero masculino. A maior taxa (43,9%) do consumo de álcool na faixa etária de 18 a 65 anos foi encontrada nos indivíduos que possuem nível superior completo. Em contrapartida, a maior prevalência de dependência alcóolica foi identificada em pessoas que possuíam baixo nível de escolaridade (sem instrução ou com ensino fundamental incompleto). Ressalta-se que a região Norte apresentou a maior prevalência de dependência (5,1%) e a Sul a menor (1,5%). Cerca de 11,5 milhões de pessoas declararam ter dirigido sob o efeito do consumo de bebidas alcóolicas.

Desde janeiro de 2020, o contágio pelo novo Coronavírus tornou-se uma emergência de saúde pública de importância internacional. Segundo a Fiocruz (2022), cerca de 388 milhões de pessoas no mundo foram infectadas, sendo 26 milhões somente no Brasil. Em um contexto global, o número de mortes registradas foi de 5,71 milhões, já no âmbito nacional o quantitativo ultrapassou 630 mil pessoas, totalizando 11%. O enfrentamento da pandemia foi influenciado diretamente pelo contexto social, econômico e político, sendo que alguns países obtiveram mais êxito que outros, apresentando menores índices de contaminação e de óbitos. De acordo com a OPAS (2020), para conter os índices de propagação de contaminação por *Covid-19* foi necessário adotar medidas de distanciamento social; com isso, locais públicos (bares, restaurantes, boates, shows e festivais) nos quais era realizado o consumo de bebidas alcóolicas foram proibidos de funcionar, porém o consumo de álcool passou a ser realizado no âmbito doméstico. Ademais, como já mencionado, além da função socializadora, o álcool também é utilizado como mecanismo para manejar emoções difíceis.

Ao longo da pandemia, os órgãos de saúde receberam muitas notificações sobre o aumento de ansiedade, depressão, tédio e incerteza, assim como de agravamento do consumo de álcool. O consumo problemático de álcool está associado à maior probabilidade de enfraquecimento do sistema imunológico fazendo com que as pessoas fiquem mais expostas a doenças infectocontagiosas, como a *Covid-19*. Face a esta preocupação, em 2020 a OPAS realizou uma pesquisa exploratória com 33 países da América Latina e do Caribe visando analisar hábitos de ingestão de bebidas alcóolicas, fazendo um comparativo do uso antes e depois da pandemia. Destaca-se que os brasileiros

representaram o maior número de entrevistados. Nesta pesquisa observou-se que apenas 0,3% dos entrevistados buscaram ajuda para lidar com problemas relacionados ao consumo excessivo de álcool, mesmo que tenha sido identificado aumento na frequência de episódios de beber pesado na pandemia, principalmente na faixa etária de 30 a 39 anos.

Neves et al. (2021) constataram que a pandemia aumentou o número de pessoas desempregadas e de famílias em situação de extrema pobreza no território nacional. Consequentemente, houve perda no poder de compra e na aquisição de alimentos saudáveis, atingindo, de forma significativa, as mulheres e as regiões Norte e Nordeste. Segundo De Araújo e Brandão (2021), a pandemia provocou uma crise econômica afetando negativamente as relações trabalhistas e diminuindo a renda principalmente dos trabalhadores informais.

Lima e Leal (2015) argumentam que os trabalhadores muitas vezes consomem bebidas alcoólicas com o intuito de relaxar e também como um recurso para suportar as condições de trabalho degradantes visando manter-se no emprego. Essa relação entre álcool e trabalho é muito complexa, o que nos faz pensar que qualquer abordagem simplista e generalizante seja pouco eficaz para tratar do assunto. Em conformidade com Minto et al. (2007), nesta pesquisa o termo “trabalhador que realiza o consumo problemático de álcool” foi empregado não somente com referência ao sujeito diagnosticado com dependência ou que apresenta sintomas de intoxicação, hálito etílico ou síndrome de abstinência. Compreende-se a existência de diversos padrões de consumo que provocam riscos à saúde, como a ingestão de álcool diária e de forma excessiva ou a frequente ocorrência de episódios por intoxicação alcóolica. Ainda de acordo Minto et al. (2007), “o consumo de álcool que causa prejuízos físicos, mentais ou sociais pode se estender em um processo contínuo, desde um padrão de beber excessivo até a dependência à bebida” (p. 208).

Observa-se que a/o psicóloga/o se depara com um cenário desafiador: o adoecimento mental dos trabalhadores. Salienta-se que os posicionamentos atuais da Justiça do Trabalho não corroboram para demissões de trabalhadores “diagnosticados como alcoólatras”, mesmo no regime de justa causa. De acordo com o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT, 2016), o “trabalhador alcoólatra” não pode ser demitido, pois foi diagnosticado com uma psicopatologia, por isso o mesmo deverá ser encaminhado ao INSS para realização de tratamento de saúde e avaliação no qual poderá resultar em



concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, a depender da situação do empregado. A doutrina e jurisprudência dominante compreendem que o desligamento do trabalhador por iniciativa da empresa se configura como ação discriminatória e, conseqüentemente, passível de anulação havendo exigência de reintegração ao cargo. Destaca-se que muitos magistrados já proferiram decisões neste sentido e argumentam que a dispensa do trabalhador agravaria ainda mais as situações de vulnerabilidades já vivenciadas pelo indivíduo e por sua família.

Consta no II Relatório Brasileiro sobre Drogas (Opaleye et al., 2021) que o álcool foi a substância psicoativa mais citada nas concessões de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez, sendo que a maior prevalência identificada corresponde a faixa etária de 25 a 49 anos e mais de 90% pertenciam ao gênero masculino. O diagnóstico de transtornos por uso de álcool estava presente em mais da metade dos pareceres favoráveis a liberação do auxílio-doença para pessoas com mais de 40 anos. Os resultados demonstraram ainda que o álcool é a droga que provoca maior custo para o sistema de aposentadoria brasileiro.

De acordo com Selligmann-Silva (1994), os indivíduos que exercem profissões desprestigiadas pela sociedade ou que lidam com atividades e substâncias convencionadas como desagradáveis podem estar mais sujeitos ao desenvolvimento do alcoolismo e, conseqüentemente, se verão impedidos de progredir e qualificar-se no trabalho. A pesquisadora observou que, na maioria dos casos, o álcool é consumido pelos trabalhadores para lidar com as frustrações vivenciadas no ambiente de trabalho e com intuito de tornar-se fonte de prazer para substituir a falta de lazer em seu cotidiano. A substância psicoativa pode funcionar ainda como um anestésico para o sofrimento psicológico, uma estratégia defensiva contra a ansiedade e/ou alívio para as pressões sofridas no trabalho.

Segundo Vaismann (2004), alguns fatores encontrados no ambiente laboral podem aumentar o risco para o consumo excessivo de bebidas alcólicas como: a disponibilidade do álcool durante a jornada de trabalho, existência de pressão para consumir a substância, solidão e ausência de suporte familiar, inexistência de supervisão para cargos de alta gerência ou que não possuem chefias, altíssima ou baixíssima renda e atividades que envolvem tensão, estresse e perigo. A autora pontua que é possível identificar o trabalhador que realiza o consumo excessivo de álcool através da observação dos seguintes eventos ocorridos no trabalho: pelos níveis de absenteísmo (faltas não autorizadas e/ou justificadas

com apresentação de diversos atestados médicos e não comparecimento no trabalho nos dias que antecedem ou sucedem aos finais de semana e feriados), ausências durante a jornada de trabalho (atrasos significativos após o horário de almoço ou intervalo, idas frequentes ao bebedouro, estacionamento, banheiro e antecipação de saída do trabalho), queda na produtividade e desempenho, relacionamento inadequado com os colegas de trabalho (variação de estado emocional, evitação de contato e reação exageradas às críticas) e mudanças nos hábitos pessoais (diminuição do cuidado com a higiene e aparência pessoal, comparecer ao trabalho sob efeito do consumo de álcool e apresentação de discurso vago ou confuso).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019), argumenta que os elevados índices de alcoolismo identificados em determinadas categorias profissionais indicam a existência de elementos prejudiciais à saúde dos trabalhadores, sendo, portanto, possível e necessário construir ações preventivas ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Orienta-se que a relação entre o consumo de álcool e o trabalho seja foco de atenção para os trabalhadores da saúde, principalmente dos profissionais de Psicologia, em todos os serviços de saúde e não apenas naqueles especializados em álcool e outras drogas ou em saúde do trabalhador.

Fisch et al. (2019) identificaram que a maioria das empresas do setor de construção civil não desenvolvem ações de assistência ao trabalhador diagnosticado como alcoolista, não contando com programas estruturados ou integrados a outras organizações, e nem mesmo fazem registro dos trabalhadores alcoolistas. Entretanto, os gestores destas empresas compreendem que o ambiente de trabalho é um espaço apropriado para o desenvolvimento de estratégias preventivas. Rocha e David (2015) constataram que 82% dos profissionais de saúde gostariam que fosse implantado, na organização em que trabalham, um programa de prevenção ao consumo de álcool e outras drogas; por sua vez, apenas 18,9% mencionaram que já havia um programa nesse sentido no seu contexto de trabalho.

Considerando a inserção do profissional de Psicologia no campo de Saúde do Trabalhador e a alta prevalência do consumo problemático de álcool por trabalhadores no Brasil, acredita-se ser relevante identificar e compreender as práticas adotadas por psicólogas/os diante do consumo problemático de álcool e o alcoolismo no contexto de trabalho através de revisão sistemática de literatura. A escolha metodológica justifica-se

pelo caráter inédito da pesquisa, não tendo sido identificada iniciativa similar na literatura nacional, apesar de sua evidente relevância e aplicabilidade. Além disso, acredita-se na necessidade de lançar luz nos materiais encontrados, com fins de construir categorias de análise para auxiliar na reflexão dos profissionais de Psicologia sobre as ações implementadas e com isso contribuir para o planejamento e desenvolvimento de ações futuras que busquem lidar com o fenômeno do alcoolismo e do consumo problemático de álcool no trabalho. Outro fator que justifica a realização deste estudo é que as/os psicólogas/os que atuam no contexto de trabalho compõem uma parcela bastante representativa desta categoria profissional. De acordo com Lhuillier (2013), dos 232 mil psicólogos em exercício no Brasil em 2013, cerca de 88% eram mulheres, e, destas, 12% (aproximadamente 24.500 profissionais) declararam que trabalham na área do trabalho/organizacional/recursos humanos, o que representa a segunda área com maior número de profissionais em atuação, juntamente com a educação, que apresenta o mesmo percentual.

## **2.2 Metodologia**

O presente estudo utilizou como instrumento metodológico a revisão sistemática de literatura para identificar e compreender, nas produções científicas brasileiras, a atuação dos profissionais de Psicologia diante do consumo problemático de álcool e o alcoolismo no contexto de trabalho. Segundo Camilo e Garrido (2019), a revisão sistemática de literatura, mais especificamente, possui um papel fundamental para acumular e divulgar os conhecimentos produzidos pela comunidade científica. Para tanto é necessário que sua execução se dê a partir de métodos estruturados com critérios transparentes, rigorosos e explícitos que proporcionem a identificação, sistematização e avaliação de todos os estudos relevantes para responder ao problema investigado. Além disso, as revisões sistemáticas de literatura devem identificar as relações, contradições, lacunas e possíveis inconsistências no estudo realizado, assim como sugerir novas hipóteses para futuras pesquisas. Os autores pontuam que essa metodologia tem sido muito utilizada nas pesquisas da Psicologia e são construídas para atingir diferentes objetivos, dentre eles: utilizar a revisão como um produto de investigação em si mesma; sistematizar, avaliar e atualizar os conhecimentos

produzidos sobre determinada temática; informar as práticas profissionais realizadas por psicólogos mediante desenvolvimento de diretrizes para as intervenções. Além disso, as revisões em Psicologia focam na metodologia e resultados dos estudos, abordam teorias e intervenções visando englobar pesquisas sobre a determinada temática, constroem críticas sobre a literatura existente baseando-se nos critérios de qualidade produzidos, e identificam questões centrais sobre um fenômeno.

A revisão sistemática se caracteriza por possuir objetivos claros, critérios de elegibilidade pré-definidos para selecionar os estudos a serem analisados, metodologia capaz de ser reproduzida e conduzida de forma a identificar o maior número possível de estudos incluídos, avaliação da validade dos resultados das pesquisas selecionadas e produção de uma síntese das características e resultados dos estudos analisados. Camilo e Garrido (2019) argumentam ainda que, para aumentar o rigor metodológico da revisão sistemática, é importante que ela seja conduzida por uma equipe e não apenas por um pesquisador (visando reduzir os vieses implícitos) e que haja um maior período de tempo para sua realização. Neste estudo, a revisão foi desenvolvida pela pesquisadora em parceria com o orientador da pesquisa. Nota-se, assim, que a revisão sistemática da literatura é um instrumento adequado para identificação, sistematização e análise das investigações publicadas. Além disso, acredita-se ser pertinente utilizar essa metodologia para identificar as intervenções realizadas pelas/os psicólogas/os, considerando que diversos estudos apontam a necessidade da criação de práticas para trabalhar questões relacionadas ao consumo problemático de bebidas alcoólicas e alcoolismo no contexto de trabalho.

Nesta pesquisa, a revisão sistemática de literatura foi conduzida baseando-se na *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), também conhecida como Recomendação PRISMA. De acordo com Galvão et al. (2015), a finalidade da PRISMA é auxiliar os pesquisadores a maximizarem a qualidade do relato de revisões sistemáticas de literatura e meta-análise, não apenas daquelas que analisam ensaios clínicos randomizados, mas também as que avaliam intervenções e revisões sistemáticas publicadas. A Recomendação PRISMA é constituída por um *checklist* e fluxograma. O *checklist* possui 27 itens, subdivididos em sete grandes tópicos: (1) título; (2) resumo (resumo estruturado); (3) introdução (racional e objetivos); (4) métodos (protocolo e registro, critérios de elegibilidade, fontes de informação, busca, seleção dos estudos,

processo de coleta de dados, lista dos dados, risco de viés em cada estudo, medidas de sumarização, síntese dos resultados, risco de viés entre os estudos e análises adicionais); (5) resultados (seleção de estudos, características dos estudos, risco de viés em cada estudo, resultados de estudos individuais, síntese dos resultados, risco de viés entre os estudos e análises adicionais); (6) discussão (sumário da evidência, limitações e conclusões) e (7) financiamento. O fluxograma é formado por identificação, seleção, elegibilidade e inclusão.

No presente estudo, as estratégias metodológicas utilizadas foram inspiradas na recomendação PRISMA. A etapa de identificação consistiu em registrar e analisar a totalidade de estudos encontrados com os descritores e operadores booleanos que foram construídos através do Vocabulário de Termos em Psicologia da Biblioteca Virtual de Saúde: “alcoolismo AND trabalho”; “psicologia AND alcoolismo AND trabalho”; “alcoolismo AND psicologia”. Nos meses de novembro e dezembro de 2021 efetivaram-se as buscas nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (CAPES), (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Optou-se por não delimitar os períodos de publicação das pesquisas a serem selecionadas visando aumentar o número de estudos para análise. Na fase de seleção, realizou-se a exclusão de estudos duplicados e, na etapa de elegibilidade, se deu a produção dos critérios de inclusão e exclusão para avaliar, mediante leitura dos resumos, quais pesquisas seriam elegíveis para análise. Por fim, na fase de inclusão ocorreu a análise qualitativa dos estudos.

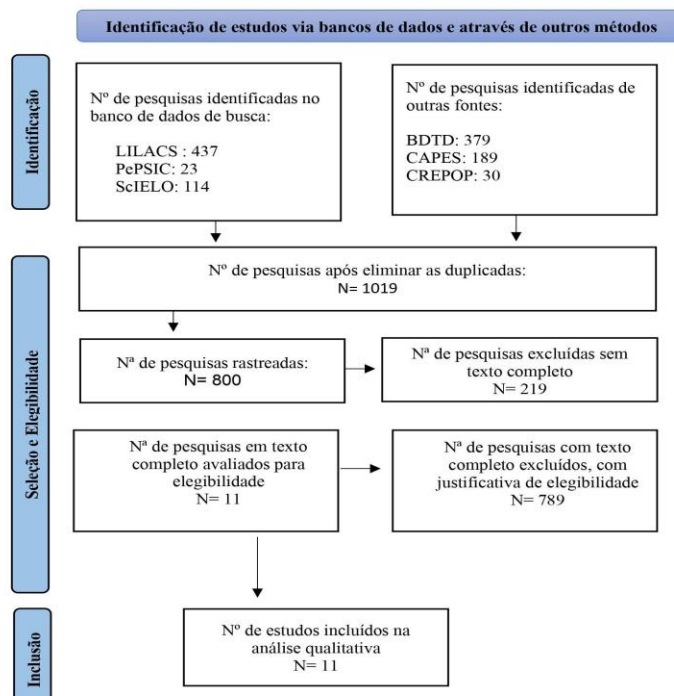
De acordo com Moher (2015), a revisão sistemática é um processo interativo no qual o protocolo, criado *a priori*, pode ser alterado no decorrer do estudo. No presente trabalho, essas mudanças puderam ser observadas, principalmente, na etapa de elegibilidade, que foi primordial para possibilitar melhor delimitação e contorno do objeto. Diante disso, os critérios de inclusão foram delimitados da seguinte maneira: (1) estudos acadêmicos que discorressem sobre a atuação do psicólogo nos contextos laborais com trabalhadores que realizam o consumo problemático de álcool ou tenham sido diagnosticados como alcoolistas, ainda que este não tenha sido o foco da pesquisa; (2) publicações que tivessem como metodologia pesquisa-ação, pesquisa-intervenção,

observação participante ou que consistiram em relato de experiência, e (3) pesquisas publicadas em português e realizadas no Brasil. Os critérios de exclusão foram (1) pesquisadores que não tinham envolvimento com os participantes ou instituição pesquisada, ou seja, que desenvolveram ações pontuais, e (2) estudos que não foram publicados na íntegra.

Ressalta-se que, com intuito de ampliar o número de estudos a serem incluídos na revisão, foram realizadas reiteradas tentativas de contato com alguns autores cujas publicações atendiam aos demais critérios de elegibilidade, mas o texto completo estava indisponível nas bases de dados eletrônicas. Entretanto, apenas duas autoras retornaram e enviaram seus trabalhos na íntegra. As publicações selecionadas foram lidas de forma integral e organizadas em uma tabela contendo sete grandes áreas de registro e análise: (1) Identificação do estudo, (2) Caracterização da instituição-sede do estudo, (3) Metodologia, (4) Análise, (5) Resultados e Conclusões, (6) Limitações e (7) Avaliação teórico-metodológica da pesquisa. Esta tabela não foi incluída aqui, no entanto, serviu de base para a sistematização realizada na seção a seguir.

Na fase de identificação dos estudos a serem incluídos para análise através da busca nas bases de dados eletrônicas mais consagradas na literatura acadêmica nacional na área de Psicologia (SciELO, LILACS e PePSIC) foi possível localizar uma grande quantidade de pesquisas que abordam o tema alcoolismo e trabalho, mais precisamente 1.019 publicações, porém poucos estudos tinham como objetivo a atuação do psicólogo no contexto de trabalho. A fim de ampliar o número potencial de estudos da revisão sistemática realizada, optou-se por recorrer ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas.

Na Figura 1 é possível identificar os caminhos percorridos para selecionar os estudos a serem analisados em conformidade com as diretrizes da recomendação PRISMA.



**Figura 1. Fluxo da informação com as fases realizadas na revisão sistemática.**

Fonte: Adaptado de Page et al. (2021).

### 2.3 Resultados e Discussão

Pode-se observar na Figura 1 que o maior número de estudos que relacionam alcoolismo e trabalho foram identificados no LILACS e, em segundo lugar, na BDTD. Todavia, a maioria das pesquisas não atendiam os critérios de inclusão como já descrito. Verificou-se que, nos estudos excluídos, os fenômenos mais investigados foram: atuação realizada por outras categorias profissionais (Enfermagem, Serviço Social, Economia, Farmácia, Odontologia e Medicina), ensaios teóricos, pesquisas epidemiológicas, guias governamentais, relação entre alcoolismo e determinadas categorias profissionais e relação entre alcoolismo e marcadores sociais. Após percorrer o caminho de análise para elegibilidade, 11 estudos foram selecionados. Uma vasta pesquisa foi realizada com o intuito de encontrar mais publicações, entretanto, não foi possível identificá-las. Os estudos selecionados estão descritos, de forma sucinta, na Tabela 1.

**Tabela 1. Título dos estudos, autores, local de publicação, ano de publicação e tipo de intervenção realizada no local de trabalho**

<b>Título do estudo</b>	<b>Autores</b>	<b>Local de publicação</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Tipos de intervenção</b>
Avaliação da Efetividade da Intervenção Breve para a Prevenção do Uso de Álcool no Trabalho	Maira Leon Ferreira, Maiara Rosa Albertoni, Nayara Baptista Silva, Laisa Marcorela Andreoli Sartes.	Revista Psicologia em Pesquisa	2016	Intervenção Breve
Etilismo na jornada laboral: peculiaridades da vida naval	Elizabeth Espindola Halpern, Ligia Costa Leite	Revista Saúde e Sociedade	2013	Tratamento através de grupoterapia e observação participante
A interseção entre os trabalhos marinhos e o alcoolismo	Elizabeth Espindola Halpern, Ligia Costa Leite	Revista Psicologia: Organizações e Trabalho	2013	Tratamento através de grupoterapia e observação participante
Oportunidades de beber a bordo: características do labor naval	Elizabeth Espindola Halpern, Ligia Costa Leite	Physis Revista de Saúde Coletiva	2013	Tratamento através de grupoterapia e observação participante
A farda siri cozido e a branquinha: narrativas de vida de um paciente militar alcoolista	Elizabeth Espindola Halpern, Ligia Costa Leite	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	2012	Estudo de caso com os participantes de grupoterapia
Representações de adoecimento e cura de pacientes do Centro de Dependência Química do Hospital Central da Marinha	Elizabeth Espindola Halpern, Ligia Costa Leite	Ciência & Saúde Coletiva	2012	Tratamento através de grupoterapia e observação participante
Lei Seca no Mar:	Elizabeth	Arquivos	2010	Tratamento através

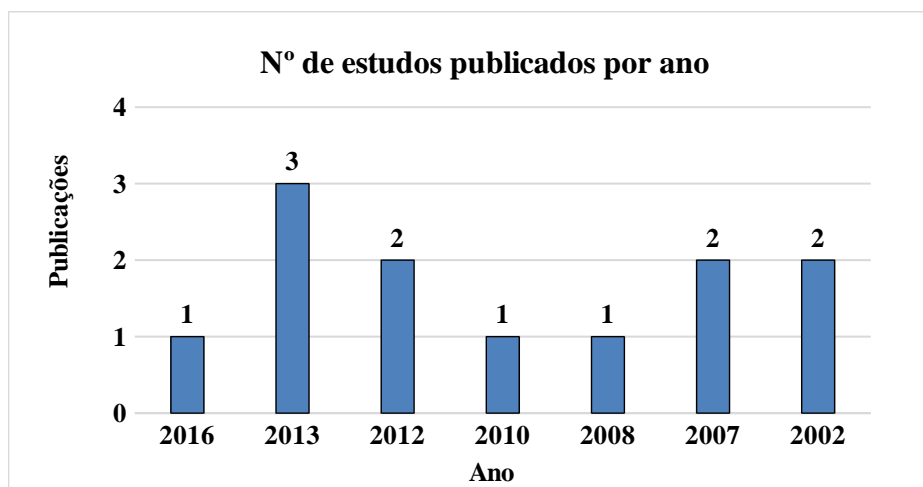


desafios preventivos na Marinha do Brasil	Espindola Halpern, Ligia Costa Leite	Brasileiros de Psicologia		de grupoterapia e observação participante
Os efeitos das situações de trabalho na construção do alcoolismo de pacientes militares da marinha do Brasil	Elizabeth Espindola Halpern, Salette Maria Barros Ferreira e João Ferreira da Silva Filho	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	2008	Observação participante
Estratégias de rastreamento e intervenções breves para problemas relacionados ao abuso de álcool entre bombeiros	Telmo Mota Ronzani; Thiago Pavin Rodrigues; Andréia Geraldo Batista; Lélio Moura Lourenço e Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni	Estudos de Psicologia	2007	Triagem e Intervenção breve
Álcool e trabalho: uma experiência de tratamento de trabalhadores de uma universidade pública no Rio de Janeiro	Karen Carvalho de Castro	Dissertação encontrada no LILACS	2002	Grupo de tratamento cognitivo comportamental
A relação entre a atividade de coleta de lixo domiciliar de Belo Horizonte e o alcoolismo nos coletores: um estudo de caso	Edmar Pires Murta	Dissertação publicada no Portal CAPES	2007	Estudo de caso

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Como pode ser visualizado na Tabela 1, das pesquisas selecionadas apenas duas foram construídas em formato de dissertação, sendo as demais em modalidade de artigo, as quais foram publicadas nas seguintes revistas: “Psicologia em Pesquisa”, “Saúde e Sociedade”, “Psicologia: Organizações e Trabalho”, “Physis: Revista de Saúde Coletiva”, “Caderno de Psicologia Social do Trabalho” (duas publicações), “Ciência e Saúde Coletiva”, “Arquivos Brasileiros de Psicologia” e “Estudos de Psicologia”. Por sua vez, as dissertações foram localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e no LiLACS, sendo desenvolvidas respectivamente na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal de Minas Gerais. Observa-se que os estudos foram publicados em revistas ou instituições localizadas na região Sudeste e Sul do Brasil.

Verificou-se que oito pesquisas foram desenvolvidas por psicólogas/os em parceria com autores que possuem outras formações. As graduações identificadas foram Pedagogia, Medicina ou Biologia, o que evidencia o caráter multidisciplinar do fenômeno estudado e a importância da construção de diálogos e práticas intersetoriais nas instituições.



**Figura 2. Quantidade de estudos de acordo com o ano de publicação.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar a Figura 2, percebe-se que as investigações elegíveis para análise foram publicadas de 2002 a 2016, um período no qual ocorreram modificações substanciais nas relações trabalhistas. De acordo com Krein e Oliveira (2019), principalmente entre os anos de 2004 a 2014, o mercado de trabalho brasileiro passou por uma reestruturação onde foi

verificada ampliação no número de contratações formais e conseqüentemente um aumento na renda e na proteção social para os trabalhadores. Entretanto, isso não quer dizer que com a execução de políticas públicas mais protetivas, a flexibilização das relações de trabalho, iniciadas na década de 1990, foram completamente cessadas. Ao contrário, essas práticas ganharam destaque na crise econômica de 2015 e influenciaram, de forma significativa, a construção da Reforma Trabalhista promulgada em 2017 e em vigor atualmente.

Segundo Costa et al. (2018), a Reforma Trabalhista permite a realização de teletrabalho, redução do horário de refeição para apenas 30 minutos, terceirização do trabalho, possibilidade de existência de jornada de trabalho de 12 horas para todas as categorias profissionais e possibilita que grávidas e lactantes possam trabalhar em locais que possuam insalubridade média ou reduzida. Contudo, os autores discorrem que, antes da aprovação desta reforma, os dados estatísticos já constatavam que no Brasil existia um cenário de insuficiência nas práticas preventivas relacionadas à saúde do trabalhador, sendo que entre 2010 a 2014 emitiram-se mais de três milhões de Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT). Costa et al. (2018) pontuam que a reforma impactou negativamente os trabalhadores, aumentando suas vulnerabilidades e inseguranças através da possibilidade de regimes precários de contratação: terceirização, trabalho autônomo e pessoa jurídica. Diante disso, recomenda-se considerar as precarizações no trabalho produzidas pela Reforma Trabalhista no momento do desenvolvimento e execução de futuras ações que promovam a prevenção e tratamento do consumo problemático de álcool nos contextos de trabalho.

No que se refere à relação dos autores com o local de pesquisa verificou-se que, em 10 dos 11 estudos analisados, pelo menos um pesquisador pertencia ao quadro de funcionários/servidores da instituição pesquisada. Em estudo realizado com trabalhadores da Marinha do Brasil (Halpern & Leite, 2013), a pesquisadora pontua que por ter ocupado o cargo de “chefe e psicóloga clínica” do local, o seu acesso a organização e aos participantes foi facilitado. Murta (2007) também declara trabalhar na organização e ter observado que os dirigentes já manifestavam preocupação com o alcoolismo entre os trabalhadores de limpeza urbana, o que proporcionou a construção das ações direcionadas ao fenômeno. Compreende-se que esta condição (ser empregado do local pesquisado) pode ter direcionado a escolha pela instituição e facilitado estabelecimento de contato com os responsáveis por autorizar o desenvolvimento da intervenção e pesquisa. Além disso, este

fator pode ter ocasionado, de modo menos invasivo, o estabelecimento da relação com os próprios participantes por entenderem que os pesquisadores também são membros da mesma organização e assim, de alguma forma, se identificarem com eles através deste sentimento de pertencimento.

De acordo com Ribeiro et al (2017), a maioria das atividades realizadas nos contextos de trabalho acontecem em condições em que há assimetria de poder, ou seja, os trabalhadores estão inseridos em uma estrutura hierárquica na qual existem dispositivos de controle. Posto isto, há de se considerar ainda a possível existência de assimetria nas relações de poder entre os participantes e o pesquisador, pois os envolvidos nas ações de pesquisa podem estar subordinados hierarquicamente ao pesquisador e com isso temer que sua participação lhe traga prejuízos no trabalho e dificultar o estabelecimento de vínculos.

Pode haver ainda outros aspectos que podem dificultar o estabelecimento de vínculo, por exemplo, o trabalhador pode não compreender que as intervenções realizadas são uma prática de cuidado à saúde mental. Ele também pode imaginar que está sendo vigiado pela/o psicóloga/o no qual reportará todas as suas observações e atendimentos aos gestores com fins de punir o trabalhador, visão muito identificada em nosso meio social. Há ainda o tabu referente aos usuários dos serviços psicológicos, pois ainda persiste a ideia, entre alguns grupos sociais, de que frequentar tais serviços é sinal de fraqueza ou desequilíbrio. Tudo isso pode dificultar o estabelecimento de relações de confiança e de vínculos entre trabalhadores e psicólogas/os, porém são aspectos importantes a serem considerados e analisados, pois pertencem aos processos de trabalho. Ribeiro et al (2017) argumenta ainda que os pesquisadores que se dedicam a compreender o mundo do trabalho devem produzir teorias e práticas contextualizadas e dialogadas, considerando as contradições e conflitos que permeiam o cotidiano do trabalho, não como uma forma de eliminá-los, mas como elementos de análise que pertencem aos processos laborais.

Quanto à natureza das instituições percebeu-se que a grande maioria eram públicas, sendo que duas podem ser consideradas autarquias (Universidade Pública, localizada no Rio de Janeiro e a Superintendência de Limpeza Urbana, situada no município de Belo Horizonte), outras duas como órgãos públicos (Corpo de Bombeiros de Juiz de Fora e Marinha do Brasil) e apenas uma de natureza privada (indústria metalúrgica). O desenvolvimento de pesquisas, na maioria dos contextos de trabalho, é dificultado pelo fato

do alcoolismo ser considerado um tema tabu pela sociedade, gerando obstáculos tanto para os pesquisadores quanto para os eventuais participantes, principalmente se o vínculo trabalhista não proporcionar estabilidade e segurança na função, situação que ocorre por exemplo com os trabalhadores celetistas. A situação pode ser ainda mais delicada se o trabalhador ainda não possuir o diagnóstico de alcoolismo o que, em tese, proporcionaria mais segurança no trabalho, respaldado pela legislação trabalhista.

No que tange à amostra de participantes dos estudos analisados, verificou-se que ela foi bastante diversa. O estudo realizado por Halpern e Leite (2012a) teve apenas um sujeito como participante, e o estudo de Murta (2007) foi realizado com duas pessoas. Nas pesquisas realizadas por Halpern e Leite (2013a e 2013b) a amostra correspondia a 10 sujeitos. Também em dois estudos conduzidos por Halpern e Leite (2012b e 2013c), o número de participantes era de 13 indivíduos. Um único estudo, publicado por Castro (2002), foi realizado com 23 pessoas, outro publicado por Ferreira et al. (2016) com 104 e o último conduzido por Ronzani et al. (2007) com 303 pessoas, representando o maior quantitativo. Em duas pesquisas não foi possível identificar a amostra (Halpern et al., 2008 e Halpern & Leite, 2010).

Quanto ao gênero dos participantes, quando foi possível identificar, percebeu-se que 90% da amostra era composta por homens. Os cargos desempenhados pelos trabalhadores também eram muito diversificados: operador de máquina, auxiliar de produção, auxiliar de serviços gerais, supervisor de produção, assistente administrativo, eletricista, mecânico, analista de logística e programação, analista de departamento pessoal, gerente de compras, auxiliar administrativo, técnico de segurança no trabalho, contador, gestor de tecnologia da informação, marinheiros, soldados, cabos, sargentos e suboficiais, bombeiros (patentes não especificadas), nível de apoio e gari.

No que se refere à metodologia das pesquisas, apenas o estudo conduzido por Ferreira et al. (2016) não era de natureza qualitativa (ensaio clínico randomizado não controlado). Três artigos optaram por pesquisa etnográfica através de observação participante em dois grupos terapêuticos (Halpern & Leite, 2012a, 2013a, 2013b). Identificou-se ainda dois estudos de casos múltiplos mediante condução de entrevistas individuais semidirigidas (Halpern & Leite, 2012b, 2013c). Um estudo realizou pesquisa exploratória, tanto para analisar o consumo de álcool através de arquivos administrativos,

quanto para conduzir observação participante mediante pesquisa etnográfica (Halpern & Leite, 2010). Um estudo conduziu pesquisa bibliográfica e observação participante (Halpern et al., 2008) e outro se deu através de relato de experiência (Ronzani et al., 2007). Um artigo realizou entrevistas individuais e análise de prontuários (Castro, 2002). A última pesquisa foi conduzida através de observações de campo de cunho ergonômico e de entrevistas em profundidade para realização de estudo de casos individuais (Murta, 2007).

Narita (2006) argumenta sobre as armadilhas que podem existir quando o pesquisador prioriza o discurso como única ferramenta de acesso à realidade, pois pode se correr o risco de eleger os elementos que constituem aquela realidade de acordo com o desejo do pesquisador ou até mesmo do próprio participante. Todavia, ao se privilegiar o cotidiano e vivenciar as experiências junto com os indivíduos podem surgir as discordâncias e as divergências entre a fala e o ato e aparecer os tensionamentos ocorridos nas relações sociais.

### **2.3.1 As intervenções realizadas por psicólogas/os diante do fenômeno do alcoolismo e do consumo problemático de álcool nos contextos de trabalhos**

Convém destacar, ainda, como se deu o surgimento da demanda para a construção das intervenções para trabalhar com o fenômeno do consumo problemático de álcool e do alcoolismo nos contextos laborais dos estudos. Nesse sentido, optamos por considerar todas as pesquisas realizadas na Marinha do Brasil como apenas um estudo, uma vez que a intervenção foi única, sendo que os demais artigos discutiram outros fenômenos que surgiram a partir dos desdobramentos desta mesma prática (intervenção realizada com servidores no Centro de Dependência Química da Marinha do Brasil).

As pesquisadoras que realizaram a intervenção breve em uma indústria metalúrgica não especificaram como se deu o surgimento da demanda, justificando a relevância temática e que a escolha do local de pesquisa se deu por conveniência (Ferreira et al., 2016). Informaram também que a diretoria e o setor de recursos humanos autorizaram a realização. As autoras das pesquisas executadas na Marinha pontuaram que houve uma publicação de esferas superiores das Forças Armadas declarando ter constatado, ainda que não houvesse levantamento estatístico, um alto índice de consumo de drogas por militares

da instituição e por isso determinou a construção do Centro de Dependência Química (CEDEQ) que executa serviços ambulatoriais especializados em dependência química para seus servidores (Halpern et al. 2008, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2013c). Já a triagem e intervenção breve realizada no Corpo de Bombeiros Militar por Ronzani et al. (2007) foi parte de uma ação ampliada, conduzida por uma universidade pública e direcionada aos serviços de atenção primária a saúde municipal, em parceria com a OMS. A divulgação contemplou os gestores dos serviços de saúde, profissionais de saúde e demais membros comunitários interessados no assunto. Neste caso, houve o estabelecimento de parceria através de convênios, após autorização de instâncias superiores da instituição, e as práticas de intervenção breve pertenciam a um programa mais amplo de avaliação de saúde.

Por sua vez, o grupo de tratamento cognitivo-comportamental realizado com servidores de uma universidade pública também foi demandado pela própria instituição para o Instituto de Psicologia (Castro, 2002). Assim como aconteceu na intervenção desenvolvida com os trabalhadores da Superintendência de Limpeza Urbana, a demanda também surgiu por determinação da superintendente que demonstrou estar preocupado com o grande número de servidores alcoolistas, ainda que não houvesse dados estatísticos que confirmassem a hipótese (Murta, 2007).

Percebe-se que a demanda pela realização das intervenções surgiu, predominantemente, através de determinações gerenciais, sem respaldo de estudo estatístico prévio. Como mencionado, destaca-se que apenas em uma pesquisa se deu por iniciativa das pesquisadoras (caso da empresa metalúrgica realizado por Ferreira et al., 2016) e em outra (caso do Corpo de Bombeiros conduzido por Ronzani et al., 2007) foi entendida como necessária pelos trabalhadores do setor de saúde, após mobilização por convite da universidade. Nos demais casos, parece não ter havido, ou pelo menos não foi mencionado, a participação dos trabalhadores para a propositura das intervenções, incluindo-se aqui, também, os próprios profissionais de Psicologia.

Considerando que o profissional de Psicologia é um trabalhador da instituição, também sujeito às normas e pressões institucionais, uma vez determinado pela gestão, ele precisa executar as ações solicitadas com fins de manter seu vínculo de trabalho. Diante deste cenário, seria importante identificar e compreender como as práticas foram

construídas, após as imposições gerenciais. Entretanto, não foi possível identificar relatos detalhados dos processos de elaboração das intervenções nos estudos, porém localizou-se algumas informações sobre eventos antecedentes à implementação das práticas.

No caso do Corpo de Bombeiros conduzido por Ronzani et al. (2007), houve um treinamento sobre o funcionamento e implementação da Triagem e Intervenção Breve (TIB). Além disso, existiu um momento de planejamento para incluir a intervenção breve nas demais ações de saúde já executadas e os pesquisadores, juntamente com trabalhadores de saúde da instituição, optaram por criar um programa de avaliação de saúde. Na pesquisa realizada na Marinha (Halpern et al., 2008, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2013c), os pesquisadores pontuaram que, antes da criação do CEDEQ, os trabalhadores eram atendidos por psicólogas/os e psiquiatras em uma Unidade Integrada de Saúde Mental, porém os atendimentos não eram especializados e sistemáticos. Com a criação do ambulatório, os serviços passaram a ser executados por equipe multiprofissional e de forma continuada. Já no caso da Universidade Pública (Castro, 2002), a pesquisadora argumentou que as/os terapeutas do grupo de terapia cognitivo comportamental da universidade adaptaram um modelo de tratamento para estruturar as sessões do programa. No estudo realizado na Superintendência de Limpeza Urbana (Murta, 2007), antes da criação do programa, o autor pontuou que foram realizadas palestras sobre a temática de alcoolismo para os trabalhadores. Após isso, discutiu-se com as lideranças os comportamentos a serem observados para tentar identificar os trabalhadores alcoolistas, assim como foi explicitado os modos de abordá-los e encaminhá-los para o Setor de Psicologia. Entretanto, nenhum trabalhador foi encaminhado ao setor, e por isso, escolheram construir o programa que sistematizasse as ações sobre o alcoolismo.

De acordo com Ribeiro *et al.* (2017), a pesquisa e a intervenção realizada pelas/os psicólogas/os sociais do trabalho devem ser construídas sem a intermediação da gestão da organização, mas através de aproximações realizadas com os próprios trabalhadores, de modo que ocorram intervenções e pesquisas “com” os trabalhadores e não “sobre” eles. O trabalhador é um sujeito político, no sentido de possuir poder e conhecimento sobre sua própria atividade e a partir disso, junto com a/o psicóloga/o, possui a plena capacidade construir ações que transformem seu contexto de trabalho.

Parece não ter havido, ou pelo menos não foi mencionada, a participação dos



trabalhadores na elaboração das intervenções. De certa forma, esta ação pode ter ignorado grande parte do conhecimento institucional e grupal que os trabalhadores possuem, valorizando apenas os saberes dos especialistas. Caso eles tivessem sido incluídos no planejamento, e até mesmo na execução, informações relevantes e adicionais poderiam ter sido obtidas, conhecimentos e práticas poderiam ter sido construídos em conjunto. Estas ações seriam extremamente pertinentes, pois são apreensões do cotidiano dos trabalhadores feitas por eles, são as visões do fenômeno pela ótica deles e não dos especialistas. Esses saberes poderiam facilitar o estabelecimento da relação da equipe de saúde com os trabalhadores, ajudar na mobilização para a inserção e permanência nos programas e na construção de ações mais adaptadas à realidade do trabalhador.

A forma de ingresso para participar das intervenções se deu através de convite em duas pesquisas (Ferreira et al., 2016; Ronzani et al., 2007). Já em uma intervenção, poderia ser por livre iniciativa ou por meio de encaminhamento de um profissional da área da saúde ou por imposição do comando militar ou até mesmo por determinação judicial (Halpern et al., 2008, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2013c). Em um estudo poderia ser por iniciativa própria ou encaminhamento da chefia (Castro, 2002). Em outra pesquisa, o participante deveria ser encaminhado pela chefia imediata através de comunicação interna à Psicologia (Murta, 2007). Além disso, em todas as intervenções os trabalhadores foram avaliados pela equipe de saúde das instituições para identificar a existência de critérios diagnósticos para alcoolismo previamente à efetivação da sua inclusão no programa.

Ainda que a dinâmica dos processos judiciais militares seja diferente da justiça civil, algumas problematizações sobre a determinação judicial para inserção em intervenções se fazem necessárias por possuírem algumas semelhanças. Segundo o Ministério da Saúde (2015), a atuação judiciária no âmbito da saúde mental é muito diferente do que acontece em outras especialidades da saúde, pois muitas vezes ela exerce o papel de controle da liberdade dos indivíduos e influencia todo o fluxograma de atendimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Frequentemente observamos a enorme quantidade de determinações judiciais de imposição ao tratamento de saúde mental, inclusive com medidas extremas como a internação psiquiátrica compulsória, tendo como justificativa a proteção do indivíduo e da sociedade. O que precisamos sempre discutir nestas situações são os reais objetivos dos operadores da justiça e dos demais profissionais

envolvidos que insistem em ignorar o direito das pessoas sobre sua própria saúde, sua vida e seu corpo, em um processo no qual elas mesmas devem e podem optar por participar ou não das ofertas realizadas pelos serviços de saúde.

De acordo com Vasconcelos et al (2018), atualmente se privilegiam, como práticas de saúde mental, a institucionalização de pessoas que realizam o consumo de drogas e de intervenções que objetivam a imposição de normas através da eliminação de comportamentos tomados como disfuncionais pela sociedade. A grande questão é que tais práticas de cuidado dificultam, ou até mesmo impossibilitam, a reflexão e a formação de pessoas críticas e autônomas.

Quanto aos objetivos das intervenções realizadas nos estudos, verificou-se que eles foram explicitados de diferentes maneiras, mas visavam, em todos os estudos, o estabelecimento e a manutenção do comportamento de abstinência do consumo de álcool para os trabalhadores. Para atingir essa finalidade, os profissionais argumentaram também de formas distintas: necessidade em realizar alteração no padrão e no comportamento de consumo de bebidas alcólicas (Ferreira et al., 2016); mudança no estilo de vida e nos modos de pensar e agir (Halpern et al., 2008, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2013c).avaliação e prevenção do consumo abusivo de álcool como ação mais ampla de qualidade de vida no trabalho (Ronzani et al., 2007); desenvolvimento de processos de descondicionamento, reestruturação cognitiva e treinamento de habilidades (Castro, 2002); ou participação em atendimentos individuais e grupais para prevenção a recaída (Murta, 2007). Nenhuma prática teve como objetivo desenvolver estratégias de redução de danos no consumo prejudicial de álcool. Halpern e Leite (2010) argumentaram que é preciso a criação de uma política institucional de saúde considerando o papel da organização de trabalho na contribuição de uma “tradição ética”, na qual a própria instituição parece incentivar as práticas de consumir o álcool de forma grupal. Uma ação importante a ser desenvolvida para mudar este cenário poderia ser a adoção de práticas de redução de danos que considerem o papel da instituição e do trabalho como incentivadores ao consumo de bebidas alcólicas.

De acordo com Gomes e Vecchia (2018), a redução de danos preconiza a singularidade e a garantia dos direitos do sujeito enquanto cidadão. A promoção de saúde não é efetivada pela medicalização do cuidado como acontece em algumas intervenções

tradicionais, mas através do protagonismo e da autonomia do indivíduo em relação a sua saúde e qualidade de vida. Incentiva-se que próprio sujeito e os grupos desenvolvam caminhos para identificar e alterar, de forma satisfatória, sua saúde, seu trabalho e condições de vida. A redução de danos é uma estratégia de cuidado que também visa acolher aqueles indivíduos discriminados por realizar consumo de álcool e outras drogas, que possuem dificuldades em aderir à abstinência ou até mesmo a outros tratamentos. As práticas objetivam implementar medidas preventivas ao aparecimento ou agravamento de situações, com fins de suprimir ou minimizar as possibilidades de eventos que provoquem danos ao indivíduo e/ou sociedade.

As práticas implementadas pelos profissionais de Psicologia, ainda que tivessem a mesma finalidade (abstinência), utilizaram procedimentos distintos para atender o trabalhador que realiza o consumo problemático de álcool ou que tenha diagnóstico de alcoolismo. Constatou-se que as/os psicólogas/os privilegiaram práticas grupais para promover suas ações de cuidado nos contextos de trabalho. Identificou-se a influência de pressupostos teóricos da teoria cognitiva comportamental (Ferreira et al., 2016; Castro, 2002; Ronzani et al., 2007; Halpern et al., 2008, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2013c), perspectiva interacionista e antropologia médica (Halpern et al., 2008, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2013c), ergonomia (Murta, 2007) e psicodinâmica do trabalho (Murta, 2007, Castro, 2002). Destaca-se um predomínio de utilização das concepções da teoria cognitiva comportamental nas intervenções construídas.

Algumas ações optaram por se basear em modelos de tratamento e prevenção muito conhecidos internacionalmente, como o Modelo Minnesota e os 12 Passos dos Alcoólicos Anônimos (Halpern et al., 2008, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2013c). Segundo Halpern et al (2008), este modelo visa a abstinência completa através da mudança do estilo de vida, sendo o apoio social fornecido por família, amigos, grupos de ajuda-mútua essencial para o tratamento. Identificou-se ainda que a intervenção realizada por Ferreira et al. (2016) utilizou os princípios do FRAMES (*feedback, responsibility, advice, menu of options, empathy, self-efficacy*). De acordo com Ferreira et al. (2016), os princípios consistem em oferecer devolução sobre as avaliações realizadas na triagem, incentivar a responsabilização do sujeito sobre suas escolhas, ofertar recomendações, dispor de um menu de opções de estratégias para reduzir o consumo de álcool, atuar de forma empática

com o indivíduo atendido e promover a autoeficácia no sujeito.

Nas intervenções que possuíram momentos de triagem, identificou-se uso de questionário sociodemográfico, do Teste de Identificação de Distúrbio de Uso do Álcool, conhecido pela sigla AUDIT (*Alcohol Use Disorder Identification Test*), da escala de Gravidade de Dependência (ASI-6), escala URICA (*University of Rhode Island Change Assessment*), metodologia SBIRT (*Screening, Brief Intervention, and Referral to Treatment*), Entrevista Estruturada para Transtornos da Ansiedade para o DSM-IV (ADIS-IV), Entrevista Estruturada para Transtornos da Personalidade para o DSM-IV (SCID-TP), Inventário Beck de Ansiedade (BAI), Inventário Beck de Depressão (BDI), Inventário Hamilton de Ansiedade (HAMA), Inventário Hamilton de Depressão (HAMD), Inventário de Assertividade QOLI (*Quality of Life*), Questionário de História de Uso de Substâncias Psicoativas (QHUSP), Questionário sobre Consumo de Álcool (QCA) e Inventário de Ansiedade para Fobia Social (SPAI) e de entrevistas semiestruturadas. Ainda que a aplicação da maioria dos instrumentos tenha sido realizada de forma coletiva, aconteceram também entrevistas individuais dos psicólogos com os trabalhadores, com o intuito de oferecer um retorno das avaliações, o que demonstra o cuidado ético destes profissionais com o seu ofício e com os sujeitos envolvidos.

Algumas intervenções realizaram ações grupais com fins educativos, tendo sido abordados temas sobre os riscos advindos do consumo de álcool, alcoolismo, substâncias psicoativas, história do Alcoólicos Anônimos e sua metodologia, padrões de consumo, consequências da ingestão e tabagismo. Identificou-se que os conhecimentos foram disseminados através de aulas, palestras, panfletos, vídeos e filmes.

Além dos atendimentos realizados com os trabalhadores, observou-se que três intervenções desenvolveram ações com o intuito de envolver também os familiares para promover conscientização, pois na maioria das vezes eles fazem parte da rede de apoio do trabalhador (Castro, 2002; Murta, 2007; Halpern et al., 2008, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2013c). A maior parte do contato aconteceu através de visitas domiciliares realizadas por assistentes sociais, acompanhados ou não de psicólogas/os, mas tendo seu conteúdo discutido em reuniões interdisciplinares. No que se refere as práticas psicológicas, nos encontros eram abordados temas como histórico familiar, relações e conflitos familiares, ausência de contato ou distanciamento com a família, morte, o consumo do

álcool através das gerações e tantos outros fenômenos interrelacionados visando desenvolver habilidades para lidar com as dificuldades que surgem no decorrer da vida, com base nos pressupostos da terapia cognitiva comportamental.

De forma geral, ainda que as intervenções tenham sido realizadas com trabalhadores em seus ambientes laborais, o trabalho não apareceu enquanto uma categoria de análise central para nortear a construção e funcionamento das ações, sendo que isso foi identificado apenas na intervenção realizada com os servidores de uma universidade pública (Castro, 2002). Observou-se que em duas práticas (intervenção realizada na Marinha e na Superintendência de Limpeza Urbana) a relação entre alcoolismo e processos, organização e condições de trabalho surgiu trazida pelos próprios trabalhadores atendidos e, mesmo que esta temática não estivesse prescrita nas atividades a serem realizadas pelos psicólogos, de alguma forma eles precisaram lidar com o real que apareceu, evidenciando mais uma vez o distanciamento entre o trabalho prescrito e o trabalho real (Halpern et al., 2008, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2013c; Murta, 2007).

Segundo a Ergonomia Francófona, o trabalho prescrito pode ser compreendido como a tarefa designada pela organização, já o trabalho real pode ser considerado como a atividade propriamente realizada pelo trabalhador. Uma visão ampliada por Yves Clot ainda acrescenta que o trabalho real se refere não apenas ao que foi realizado, mas também sobre aquilo que se desejou fazer, mas não o fez (Souza-e-Silva, 2003; Clot, 1999).

Verificou-se que, nessas situações, os profissionais de Psicologia podem ter encontrado nas produções científicas (artigos e dissertação) um caminho, possível e aparentemente seguro, para aprofundamento e reflexão destes fenômenos, tanto para a comunidade científica, quanto para a própria instituição. Mesmo que não tenha sido descrita a ocorrência de mudanças efetivas no foco das intervenções, o fato de possibilitar a criação de um espaço dialógico para que trabalhadores, ao dialogarem com seus pares e com o pesquisador sobre a relação entre o consumo de álcool e o trabalho, de certo modo pode ter viabilizado reflexão e modificação em sua forma de pensar e agir sobre sua atividade e conseqüentemente sobre sua relação com o consumo de álcool.

Halpern e Leite (2012) argumentaram que nas sessões do CEDEQ não são debatidas as influências laborais, culturais, sociais e econômicas nos diversos modos de experienciar o consumo problemático de álcool pelos trabalhadores. Todavia, durante suas pesquisas foi

possível observar como as condições de trabalho contribuem para o consumo de álcool e até mesmo para a dependência alcóolica. As autoras pontuam ainda que, no ambulatório, os profissionais de saúde reproduzem os discursos institucionais e biomédicos sobre o alcoolismo, o que acabou refletindo na escolha da metodologia de trabalho que considera o alcoolista portador de uma doença sem cura, mas ao mesmo tempo responsável pelo seu processo de abstinência.

Como mencionado, a intervenção realizada com os trabalhadores de uma universidade pública considerou o trabalho enquanto uma categoria de análise. Segundo Castro (2002), o programa de tratamento se fundamentou em duas categorias que ocasionam o consumo de álcool: os fatores interpessoais (relações de trabalho, apoio social, relações familiares e conjugais) e fatores intrapessoais (expectativas, humor, cognições e percepções). O objetivo da intervenção grupal consistiu em desenvolver nos trabalhadores a capacidade de identificar estes fatores e ter a habilidade necessária para lidar com as adversidades. Ainda de acordo com Castro (2002), na descrição e análise dos discursos dos trabalhadores nas sessões realizadas, percebeu-se que o comportamento de ingerir bebidas alcólicas esteve muito associado às situações vivenciadas no contexto de trabalho. Compreendeu-se que o álcool ocupava um lugar primordial na socialização e no relaxamento dos trabalhadores. Observou-se ainda a importância em desenvolver práticas de conscientização envolvendo familiares e chefias.

Nas pesquisas realizadas na Marinha, as autoras argumentaram recorrentemente sobre as funcionalidades do consumo de álcool no trabalho. Segundo Halpern e Leite (2013), consumir bebidas nas embarcações, chamadas por elas de beber a bordo, pode ser considerada uma tradição, são hábitos aprendidos ao longo dos processos de trabalho devido à facilidade de acesso e existência de normas que estimulam este comportamento. Todavia, a instituição, ao mesmo tempo em que permite a ingestão de álcool, também pune os trabalhadores que o fazem através de medidas administrativas. As formas grupais de consumir bebidas alcólicas geralmente são voltadas para permitir a realização de atividades no trabalho e são identificadas como disfuncionais na medida em que trazem algum tipo de prejuízo para a instituição.

Por sua vez, a intervenção realizada com trabalhadores da Superintendência de Limpeza Urbana foi desenhada atribuindo responsabilidades para as chefias, para os

trabalhadores, psicólogos, assistentes sociais, médicos e equipe de segurança do trabalho. De acordo com Murta (2007), no que se refere à chefia, seu papel consistia em identificar e encaminhar o servidor que consome bebidas alcoólicas no trabalho e informar ao psicólogo as mudanças comportamentais observadas após a inserção na intervenção. Quanto às atribuições do profissional de Psicologia, elas foram descritas como avaliar o servidor, encaminhá-lo para demais profissionais se houver necessidade, realizar atendimentos e acompanhamentos individuais e/ou grupais, oferecer retorno à chefia sobre o comportamento do servidor e acompanhar os assistentes sociais nos atendimentos familiares, caso solicitado. Verifica-se que as tarefas foram prescritas, mas como pode se esperar, o real da atividade acaba por escapar e acrescentar mais desafios para o profissional de Psicologia do que apenas aquilo que foi descrito e previsto anteriormente. O psicólogo, assim, observou um alto índice de abandono ao tratamento, sendo construída como alternativa a criação de um grupo de “prevenção a recaídas”, ou seja, ao retorno do consumo de bebidas alcoólicas.

Percebeu-se que a maior parte das ações foram organizadas de forma estruturada e pouco flexível, com as sessões ocorrendo em etapas pré-determinadas que possuíam atividades e objetivos distintos. Em uma intervenção, (Halpern et al., 2008, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2013c), no momento do ingresso o participante assinava um contrato no qual estabelecia o número mínimo de sessões e atividades no qual deveria participar em cada fase do programa, ou seja, já estava predeterminado a frequência exigida, assim como as diferentes atividades a serem desenvolvidas. Caso a equipe de saúde identificasse que o indivíduo estava vivenciando uma situação de abstinência de ingestão de álcool, ou seja, que o objetivo havia sido atingido, o mesmo era encaminhado para um grupo de prevenção a recaída para manutenção da abstinência ou era desligado, a depender do funcionamento de cada intervenção. Nestes grupos não havia uma frequência mínima exigida. Nas intervenções breves (Ferreira et al., 2016; Ronzani et al., 2007) os trabalhadores que foram diagnosticados com dependência alcoólica foram encaminhados para tratamento especializado.

Compreende-se que este funcionamento pouco flexível das intervenções pode ter dificultado a realização do trabalho dos profissionais de Psicologia e principalmente a participação dos trabalhadores. Nos momentos de construção e execução das intervenções é

importante considerar a multiplicidade subjetiva e identitária dos sujeitos atendidos e a existência de elementos singulares da história de vida do trabalhador que inviabilizam a padronização das ações, pois cada sujeito apresenta uma demanda e um funcionamento psíquico diferente. Diante deste contexto, o profissional de Psicologia necessitará adaptar as intervenções e criar ações específicas para cada pessoa atendida. Além disso, existem aspectos sociais e relacionais a serem considerados como a diversidade dos modos de relações estabelecidas no trabalho, a comunidade do qual o trabalhador se insere, as diferentes organizações e condições do trabalho e as experiências construídas pelo sujeito com o consumo de bebidas alcoólicas. Tudo isso dificulta a generalização de ações, demandando muita flexibilidade dos profissionais de saúde que atendem os trabalhadores.

De acordo com Bernardo et al (2015), as/os psicólogas/os sociais do trabalho entendem que o trabalho passa por constantes transformações e desvios influenciados por modificações políticas, econômicas, sociais e culturais e estas repercutem no trabalhador e nos modos de organização do trabalho, inclusive se contrapondo a ele, fazendo transparecer questões que estavam encobertas por concepções hegemônicas. Segundo Coutinho e Oliveira (2017), ao conhecermos o trabalho de perto, com olhar atento às práticas cotidianas, observamos que muitos detalhes e sutilezas (como a cultura de classe e conhecimentos do ofício) podem passar despercebidos, não se tornando objetos de análise. Verifica-se com muita frequência a escolha por construir generalizações, como o que acontece com a descrição de tarefas, preferenciando compreender o trabalho prescrito, abandonando o trabalho real. Evidentemente que o cotidiano dos trabalhadores é permeado por regularidades, mas também se constitui enquanto um espaço incontrolável, no qual aparecem situações imprevisíveis e aleatórias que atualizam a atividade.

## **2.4 Considerações Finais**

Ao longo da produção e análise de dados desta pesquisa identificou-se um número muito reduzido de publicações científicas (precisamente 11, variando entre artigos e dissertações, mas que foram compreendidas como cinco intervenções) referentes à temática estudada, principalmente se consideramos a quantidade de psicólogas/os em atuação no Brasil. Segundo o último levantamento realizado pelo Conselho Federal de Psicologia



(2022), atualmente existem 425.624 psicólogas/os em atuação. Entretanto, as pesquisas que se dedicam a compreender o consumo de álcool e intervir nos contextos de trabalho aparecem de forma muito tímida, o que nos leva a refletir algumas questões que nos parecem relevantes.

Não conseguimos precisar ao certo se as ações estão sendo realizadas, mas as/os psicólogas/os optaram por não as publicar e isso poderia acontecer por diversos motivos, sejam eles pela sobrecarga de trabalho, por impedimentos advindos da gestão e do ambiente laboral, pela falta de vinculação com universidades e/ou grupos de pesquisas, e/ou até mesmo pela falta de estímulo à produção científica que vivenciamos em nosso país, agravada pelas condições sociopolíticas atuais. Existe ainda a hipótese de que as intervenções não estão sendo construídas e as razões também poderiam ser distintas: impedimentos e falta de apoio da própria gestão (mais uma vez a precarização e sobrecarga do trabalho da/o psicóloga/o), dificuldade de disseminação de conhecimento científico produzido nas universidades para os profissionais em atuação, estigmatização das práticas de cuidado diante do alcoolismo, falta de identificação com a temática, etc. Diante deste cenário, recomendamos que estudos futuros se dediquem a aprofundar e analisar essas hipóteses, dada a relevância social, científica e a importância das intervenções.

Observamos que a maioria das intervenções foram realizadas em instituições públicas, o que, em tese, proporcionaria uma segurança maior para os trabalhadores participarem da intervenção, na medida em que eles estão amparados por estatutos mais protetivos e possuem estabilidade na função, ainda que este direito possa ser revogado. Todavia, isso parece não impedir a existência de normas institucionais que punem o trabalhador dependente de álcool e também de crenças, valores e estigmatizações dos demais trabalhadores, família e comunidade para com ele. Apesar da natureza das instituições, percebeu-se que a demanda para intervenção não surgiu através dos trabalhadores e sim pela gestão, o que pode demonstrar certa falta de autonomia, incluindo também psicólogas/os e demais profissionais de saúde. Na maioria das pesquisas não foi especificado se ao longo do tempo houve mudanças nas atividades que compõem as práticas interventivas.

Nesta pesquisa objetivou-se identificar e analisar na literatura científica nacional, através de revisão sistemática de literatura, as práticas realizadas por psicólogas/os diante

do consumo problemático de álcool e o alcoolismo no contexto de trabalho. Acredita-se que o percurso metodológico proporcionou a identificação, sistematização e análise das pesquisas relevantes sobre a temática em questão. Recomenda-se para estudos futuros que se amplie a busca para pesquisas produzidas em outros idiomas, com fins de estimular a compreensão das intervenções realizadas por psicólogos/os em outros países e criar um espaço dialógico sobre o ofício da/o psicóloga/o e da própria Psicologia enquanto ciência e profissão.

Não foi possível identificar, de forma aprofundada devido à falta de informações, como foram construídas as ações, mas parece não ter havido a participação dos trabalhadores e nem de seus representantes. A maioria das instituições não considerou o trabalho enquanto categoria de análise para nortear a construção e funcionamento das intervenções, mesmo que elas tenham sido direcionadas aos trabalhadores em seu ambiente de trabalho, ou seja, o trabalho e todas as suas nuances não foi valorizado. Os contextos laborais parecem não terem se constituído enquanto um espaço privilegiado de ações para os trabalhadores, na medida em que se desconsiderou os distanciamentos entre o trabalho real e o prescrito, as práticas cotidianas dos trabalhadores e principalmente as relações entre as condições, os processos e organizações do trabalho com o consumo problemático de bebidas alcoólicas. Entretanto, em duas intervenções os trabalhadores trouxeram esses fenômenos para análise, ainda que o programa não tivesse estimulado, as/os psicólogas/os parecem ter encontrado nas pesquisas um modo de aprofundar nestas questões.

Há de se considerar ainda a constante precarização do trabalho em nossa sociedade capitalista. Aquino (2008) argumenta que a reestruturação produtiva agravou e trouxe como consequências fragilidades, vulnerabilidades e desproteções no trabalho. A Psicologia Social pode contribuir para a análise deste fenômeno ao desnaturalizar o processo, compreender as consequências que a precarização produz para a saúde do trabalhador, condições de trabalho e para as definições contemporâneas sobre o sujeito e a sociedade.

Os atendimentos grupais e individuais, assim como as entrevistas focaram em promover os comportamentos de abstinência visando responsabilizar o trabalhador pelo seu processo de privação do consumo e ao mesmo tempo conscientizá-lo sobre sua condição psicopatológica. Destaca-se que nenhuma intervenção realizou estratégias de redução de danos. Segundo Vasconcelos et al (2018), as práticas realizadas diante do consumo de

álcool e outras drogas normalmente são construídas sob um paradigma individualizante, responsabilizando os indivíduos, ignorando as condições sociais e culturais. Podemos observar estes aspectos principalmente nas ações tradicionais que utilizam a abstinência como o único recurso possível para o sujeito, o culpabilizando pelas recaídas ou pela interrupção do consumo de álcool. É necessário que se crie estratégias de politização para confrontar as vulnerabilidades e desigualdades sociais e econômicas que se relacionam com o consumo de álcool e outras drogas, assim como considerar a realidade objetiva e subjetiva do indivíduo. Segundo Bernardo et al (2015), as/os psicólogas/os do trabalho devem se posicionar eticamente, abrindo mão da falsa neutralidade e criar estratégias de conscientização, sejam elas políticas, sociais, econômicas e culturais. Caso esses questionamentos não sejam realizados se corre o risco de favorecer as ideologias gerencias hegemônicas e potencializar ainda mais as assimetrias de poder.

Os estudos revisados se referem a intervenções do tipo assistencial, ou seja, que executam práticas de cuidados às pessoas diagnosticadas com alcoolismo; entretanto, ações de prevenção ao consumo problemático não se encontram relatadas. De acordo com a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD, 2008), práticas preventivas ao consumo de álcool e outras drogas buscam ampliar os fatores de proteção e reduzir os fatores de risco. Salienta-se que o mesmo fator considerado de risco para uma pessoa pode ser de proteção para outra, o que demanda uma avaliação atenta e detalhada da equipe de saúde com cada trabalhador atendido. Os contextos de trabalho podem ser compreendidos como espaços privilegiados para desenvolver práticas preventivas, pois ali os trabalhadores permanecem grande parte do seu dia e constroem relações que permitem construir uma identidade profissional, mas também social.

Analisou-se que as intervenções foram construídas de forma estruturada e pouco flexível, o que pode ter dificultado a participação dos trabalhadores e até mesmo a realização das atividades do profissional de Psicologia. Os pesquisadores argumentaram sobre os aspectos funcionais e disfuncionais do consumo de álcool para a instituição, mas acontece que generalizar essa relação acaba por reduzir as diversas experiências que o sujeito vivencia através de sua relação com a substância psicoativa. Parece ser muito tênue, e talvez difícil de identificar, a linha que separa o consumo que permite executar o trabalho, suportar as pressões, promover a socialização e relaxamento – por exemplo, o famoso

*happy hour* – daquela em que se produz ônus para a organização quando o trabalhador se ausenta, sofre acidente de trabalho e/ou diminui sua performance.

De acordo com Bernardo et al (2015), constantemente a/o psicóloga/o necessita direcionar o olhar para seu ofício e questionar para quem se destina a atividade que desempenha, em quais condições elas são realizadas, quais são os pressupostos teóricos que as embasa e orienta e, não menos importante, quais as características que permeiam o contexto de trabalho. Estas reflexões permitem direcionar as ideias, posições, modificar e atualizar nossa atuação profissional. Pretende-se que este estudo possa ter sido um meio para que as/os psicólogas/os, que em grande parte do tempo se dedicam a estudar o trabalho de outras profissões, se dediquem a analisar e pensar sobre seu próprio ofício.

## 2.5 Referências

- Aquino, C. A. B. D. (2007). *O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social*. [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26742/1/2007\\_art\\_cabaquino.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26742/1/2007_art_cabaquino.pdf)
- Bastos, F., Vasconcellos, M., De Boni, R., Reis, N. & Coutinho, C. (2017). *III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira*. FIOCRUZ/ICICT. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>
- Bernardo, M.H., Sousa, C.C., Pinzón, J.G. & Souza, H.A. (2015). A práxis da Psicologia Social do Trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In Coutinho, M.C., Furtado, O. & Raitz, T.R. *Psicologia Social e trabalho: perspectivas críticas* (pp. 16-39). ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH/UFSC. [https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/09/colecao\\_praticas\\_volume1.pdf](https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/09/colecao_praticas_volume1.pdf)
- Camilo, C., & Garrido, M. V. (2019). *A revisão sistemática de literatura em psicologia: Desafios e orientações*. ISPA- Instituto Universitário. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/20157>
- Castro, K. C. D. (2002). *Álcool e trabalho: uma experiência de tratamento de trabalhadores de uma universidade pública no Rio de Janeiro*. (Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, Brasil). <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4949>
- Clot, Y. (1999). *A função psicológica do trabalho*. Presses Universitaires de France.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública: referências para atuação da(o) psicóloga(o)*. 2. ed. <https://site.cfp.org.br/publicacao/saude-do-trabalhador-no-ambito-da-saude-publica-referencias-para-atuacao-dao-psicologao/>
- Conselho Federal de Psicologia. (2022, Junho 15). *A Psicologia brasileira apresentada em números*. <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>
- Costa, B. S., Costa, S. D. S., & Cintra, C. L. D. (2018). Os possíveis impactos da reforma da legislação trabalhista na saúde do trabalhador. *Rev Bras Med Trab* (Vol. 16, n. 2, pp. 109-17). <https://cdn.publisher.gn1.link/rbmt.org.br/pdf/v16n1a16.pdf>
- Coutinho, M. C., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2017). *Psicologia Social do Trabalho*. Vozes.
- Coutinho, M.C. & Oliveira, F. (2017). Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial do trabalho: Práticas cotidianas, processos de significação e identidades.

- In Coutinho, M. C., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2017). *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 81-102). Vozes
- De Araújo, I. S., & Brandão, V. B. G. (2021). Trabalho e renda no contexto da pandemia de covid-19 no brasil. *Revista Práxis* (Vol. 2, pp. 96-111). <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2545/2851>
- Esteves, E. G., Bernardo, M. H., Sato, L., & Coutinho, M. C. (2017). Fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho. In Coutinho, M. C., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2017). *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 49-80). Vozes.
- Ferreira, M. L., Albertoni, M. R., Silva, N. B., & Sartes, L. M. A. (2016). Avaliação da efetividade da Intervenção Breve para a prevenção do uso de álcool no trabalho. *Revista Psicologia em Pesquisa* (Vol. 10, n. 1, pp. 34-43). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/23344>
- Fisch, J. G., Kaspar, T., Rebonatto, C. S., & Costa, C. (2021). Perspectiva do Gestor frente ao Alcoolismo no Contexto Laboral da Construção Civil. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho* (Vol. 21, n. 3, pp. 1560-1567). <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v21n3/v21n3a03.pdf>
- Fundação Oswaldo Cruz. (2022, Março 9). *Boletim Especial: Balanço de dois anos da pandemia Covid-19*. [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos\\_2/boletim\\_covid\\_2022-balanco\\_2\\_anos\\_pandemia-redb.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/boletim_covid_2022-balanco_2_anos_pandemia-redb.pdf)
- Galvão, T. F., Pansani, T. D. S. A., & Harrad, D. (2015). Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e serviços de saúde* (Vol. 24, pp. 335-342). <https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCF/?lang=pt>
- Gomes, T. B., & Vecchia, M. D. (2018). Estratégias de redução de danos no uso prejudicial de álcool e outras drogas: revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 2327-2338. <https://www.scielo.br/j/csc/a/F9R6NSsKzjnwKgc5dXFNVsq/?lang=pt#>
- Halpern, E. E., Ferreira, S. M. B., & da Silva Filho, J. F. (2008). Os efeitos das situações de trabalho na construção do alcoolismo de pacientes militares da Marinha do Brasil. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (Vol. 11, n. 2, pp. 273-286). <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25785>
- Halpern, E. E., & Leite, L. M. C. (2010). Lei seca no mar: desafios preventivos na Marinha do Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* (Vol. 62, n. 2, pp. 103-114). <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229016553010.pdf>
- Halpern, E. E., & Leite, L. M. C. (2012a). A farda "siri cozido" e a "branquinha": narrativas de vida de um paciente militar alcoolista. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (Vol. 15, n. 1, pp. 65-80). <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/49622>

- Halpern, E. E., & Leite, L. M. C. (2012b). Representações de adoecimento e cura de pacientes do Centro de Dependência Química do Hospital Central da Marinha. *Ciência & Saúde Coletiva* (Vol. 17, n. 4, pp. 1079-1089). <https://www.scielo.br/j/csc/a/CLbfkzLFhMcg6GyFTKMP6yS/abstract/?lang=pt>
- Halpern, E. E., & Leite, L. C. (2013a). Etilismo na jornada laboral: peculiaridades da vida naval. *Saúde e Sociedade* (Vol. 23, n. 1, pp. 131-145). <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/RNWSQTGmkTdkDcJWDMhnKfn/abstract/?lang=pt>
- Halpern, E. E., & Leite, L. M. C. (2013b). A interseção entre os trabalhos marinhos e o alcoolismo. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho* (Vol. 13, n. 2, pp. 111-126). [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572013000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572013000200002)
- Halpern, E. E., & Leite, L. C. (2013c). Oportunidades de beber a bordo: características do labor naval. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* (Vol. 23, n. 4, pp. 1277-1296). <https://www.scielo.br/j/physis/a/NmVzBhyDqNx4GMbJMYrWjcf/?format=html&lang=pt>
- Krein, J. D., & OLIVEIRA, R. V. D. Para além do discurso: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. In Krein, J. D., OLIVEIRA, R. V. D., & Filgueiras, V. A. (2019). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade* (pp. 81-126). Curt Nimuendajú.
- Leão, L. H. C. (2012). Psicologia do trabalho: Aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade* (Vol. 2, n. 2, pp. 1-15). <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1008>
- Lima, M.E.A., & Leal, R.M.A.C. (2015) *Álcool e trabalho: revisitando conceitos à luz de novas descobertas*. Juruá.
- Lhullier, L.A., (2013). *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia e trabalho*. Conselho Federal de Psicologia. [https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/Quem\\_e\\_a\\_Psicologa\\_brasileira.pdf](https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/Quem_e_a_Psicologa_brasileira.pdf)
- Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. (2001). *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_relacionadas\\_trabalho\\_manual\\_procedimentos.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_manual_procedimentos.pdf)
- Ministério da Saúde. (2015). *Guia estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas: Guia AD / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas*.
- Minto, E. C., Corradi-Webster, C. M., Gorayeb, R., Laprega, M.R., & Furtado, E. F. (2007). Intervenções breves para o uso abusivo de álcool em atenção primária.

- Epidemiologia e Serviços de Saúde* (Vol. 16, n. 3, pp. 207-220).  
<https://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742007000300007>
- Moher, D., Cook, D.J., Eastwood, S., Olkin, I., Rennie, D., Stroup, D.F. (1999). Improving the quality of reporting of metaanalysis of randomised controlled trials: the QUOROM statement. *The Lancet* (Vol. 354, n. 9193, pp. 1896-1900).
- Murta, E. P. (2007). A relação entre a atividade de coleta de lixo domiciliar de Belo Horizonte e o alcoolismo nos coletores: um estudo de caso. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil).  
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/TMCB-7WUQAZ>
- Narita, S. (2006). Notas de pesquisa de campo em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*.<https://www.scielo.br/j/psoc/a/y9PPMfFVhs7qyg7CjT5X3vb/?lang=pt&format=html>
- Navarro, V. L., Maciel, R. H., & Matos, T. G. R. (2017). A questão do trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial. In *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 25-48). Vozes.
- Neves, J., Machado, M., Oliveira, L., Moreno, Y., Medeiros, M & Vasconcelos, F. (2021). Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia por Covid-19. *Revista de Nutrição* (Vol. 34, e200170). <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200170>
- Opaleye, E., Noto, A., Locatelli, D., Amato, T. C., & Bedendo, A. (2021). *II Relatório Brasileiro sobre Drogas*. UNIFESP. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/63024>
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2020, Setembro 8). Uso de álcool durante a pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe. [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52936/OPASNMHMHCVID19200042\\_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52936/OPASNMHMHCVID19200042_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y)
- Page, M., McKenzie, J.E, Bossuyt, P., Boutron, I., Hoffmann T. & Mulrow, C et al. (2021) *The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews*. *BMJ* (372, n. 71). doi: 10.1136/bmj.n71
- Pereira, F.M., & Pereira Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo* (Vol. 8, n. 2, pp. 19-27).  
<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722003000200003>
- Ribeiro, M.A, Oliveira, F., Bernardo, M.H. & Navarro, V.L. Práticas em Psicologia Social do Trabalho: Pesquisa e Intervenção. In Coutinho, M. C., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2017). *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 103-126). Vozes
- Rocha, P. R., & David, H. M. S. L. (2015). Padrão de consumo de álcool e outras drogas entre profissionais de saúde: retrato de alunos de cursos lato sensu de uma instituição pública. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas* (Vol. 11, n. 1, pp. 42-48).  
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v21n3/v21n3a03.pdf>



- Ronzani, T. M., Rodrigues, T. P., Batista, A. G., Lourenço, L. M., & Formigoni, M. L. O. D. S. (2007). Estratégias de rastreamento e intervenções breves para problemas relacionados ao abuso de álcool entre bombeiros. *Estudos de Psicologia* (Vol. 12, n. 3, pp. 285-290).  
<https://www.scielo.br/j/epsic/a/mKSvBjv3HHQTV3MSyHTSwQQ/?format=html&lang=pt>
- Sato, L. (2010). Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações. In Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea*.  
[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/05/psic\\_trabalhoFINAL.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/05/psic_trabalhoFINAL.pdf)
- Secretaria Nacional Antidrogas: Serviço Social da Indústria. (2008). *Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no ambiente de trabalho: conhecer para ajudar*.  
[https://www.uniad.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Curso\\_SEAD\\_UFSC\\_SENAD\\_SESI.pdf](https://www.uniad.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Curso_SEAD_UFSC_SENAD_SESI.pdf)
- Selligmann Silva, E. (1994). *Desgaste mental no trabalho dominado*. Cortez.
- Souza-e-Silva, M.C.P. (2003). A dimensão linguageira em situações de trabalho em situações de trabalho. In: *O ensino como trabalho: o professor como trabalhador*. Caderno de estudos linguísticos (N. 44, pp. 339-351)
- Tribunal Regional do Trabalho. (2016, Dezembro, 30). *Alcoolismo e embriaguez do empregado em serviço: como a JT de Minas tem tratado a questão*. Tribunal Regional do Trabalho – 3ª região. <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-ortrt/comunicacao/noticias-juridicas/importadas-faltantes/nj-especial-alcoolismo-e-embriaguez-do-empregado-em-servico-como-a-jt-de-minas-tem-tratado-a-questao-30-12-2016-06-04-acs#:~:text=Dessa%20forma%2C%20o%20contrato%20de,direito%20%C3%A0%20reintegra%C3%A7%C3%A3o%20no%20emprego>
- Vaissman, M. (2004). *Alcoolismo no trabalho*. Garamond.
- Vasconcelos, Maria Paula Naves, Paiva, Fernando Santana de, & Vecchia, Marcelo Dalla. (2018). O cuidado aos usuários de drogas: entre normatização e negação da autonomia. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 11(2), 363-381. <https://dx.doi.org/10.36298/gerais2019110212>
- World Health Organization. (2018). *World Health Organization Global status report on alcohol and health*. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241565639>
- Zanelli, J. C., Bastos, A.V.B, Rodrigues, A.C.A. (2014). Campo profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*, 2.ed. (pp. 549- 582). AMGH Editora.

## Capítulo 3.

### 3.1 Considerações Gerais

A partir da revisão sistemática de literatura realizada nesta pesquisa, identificou-se um número extremamente reduzido de publicações científicas, realizadas por psicólogas/os, que se dedicaram a compreender e intervir diante do alcoolismo e do consumo problemático de álcool nos contextos de trabalho. Mediante produção e análise dos dados, evidenciou-se a importância em incentivar estudos que se aprofundem em investigar os motivos que possam estar relacionados ao baixo quantitativo de produções científicas sobre a temática em questão.

De forma geral, pode-se compreender que as intervenções possuíram como objetivo central criar estratégias de cuidado nos ambientes laborais para promover a abstinência do consumo de álcool para os trabalhadores, conscientizando-os sobre sua responsabilização por este processo e na maioria das vezes desprezando os aspectos laborais que podem estar relacionados à ingestão de bebidas alcólicas, como as condições, organização, práticas cotidianas e processos do trabalho. Ao mesmo tempo, identificou-se que, em quase todas as publicações, a criação das ações fora proposta e determinada pela gestão e foram construídas sem a participação dos demais trabalhadores, contando apenas com os profissionais de saúde.

Observou-se que apenas um estudo considerou o trabalho enquanto uma categoria de análise para guiar a construção e funcionamento da intervenção, ainda que os participantes tenham sido trabalhadores e as ações desenvolvidas no ambiente laboral. De certo modo, o trabalho e suas vicissitudes foram negligenciados, mas acabaram sendo trazidos pelos trabalhadores em alguns momentos nos atendimentos grupais ou individuais, o que pode ter resultado na produção de duas pesquisas, a partir dos desdobramentos de suas intervenções. Nesta configuração se sobressai os distanciamentos entre o trabalho prescrito, aquela tarefa determinada pela gestão, e o trabalho real, as atividades realizadas pelos trabalhadores e também aquilo que se deseja fazer, mas não o fez.

Considera-se fundamental refletir sobre o trabalho dos profissionais de Psicologia, pois ao voltar a atenção para o nosso próprio ofício, poderemos dialogar sobre a atuação, as contradições, os pressupostos teóricos adotados e assim atualizar nossa atividade. Neste

processo, é imprescindível considerar também que o profissional de Psicologia é um trabalhador que também está inscrito em uma lógica e em um sistema capitalista, permeado de normas, linguagens, códigos e organizações próprias no qual acabam por precarizar e fragilizar nossa profissão e ciência.

### 3.2 Referências

- Bernardo, M.H., Sousa, C.C., Pinzón, J.G. & Souza, H.A. (2015). A práxis da Psicologia Social do Trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In Coutinho, M.C., Furtado, O. & Raitz, T.R. *Psicologia Social e trabalho: perspectivas críticas* (pp. 16-39). ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH/UFSC. [https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/09/colecao\\_praticas\\_volume1.pdf](https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/09/colecao_praticas_volume1.pdf)
- Centro de Informações sobre Saúde e Álcool. (2022, Março 02). *Transtornos por Uso de Álcool na CID-11: Passado, Presente e Futuro*. <https://cisa.org.br/index.php/pesquisa/artigos-cientificos/artigo/item/343-transtornos-por-uso-de-alcool-na-cid-11-passado-presente-e-futuro>
- Coelho-Lima, F., Costa, A. L. F., & Yamamoto, O. H. (2011). O exercício profissional do psicólogo do trabalho e das organizações: uma revisão da produção científica. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho* (Vol. 11, n. 2, pp. 21-35). [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572011000200003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572011000200003&lng=pt&tlng=pt)
- Coutinho, M. C., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2017). *Psicologia Social do Trabalho*. Vozes.
- Déa, H. R. F. D., Santos, E. N. D., Itakura, E., & Olic, T. B. (2004). A inserção do psicólogo no trabalho de prevenção ao abuso de álcool e outras drogas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, (Vol. 24, pp. 108-115). <https://www.scielo.br/j/pcp/a/36htZtV8MhRkNcJmDTmw7rN/?format=html&lang=pt>
- Lima, M. E. A. (2010). Dependência Química e Trabalho: Uso Funcional e Disfuncional de Drogas nos Contextos Laborais. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 260– 268. doi: 10.1590/S0303-76572010000200008
- Lima, M.E.A., & Leal, R.M.A.C. (2015) *Álcool e trabalho: revisitando conceitos à luz de novas descobertas*. Juruá.
- Lima, M.E.A., De Paula, A.V., Silva, F.B.O. (2015). Principais teorias explicativas sobre o uso de álcool e o alcoolismo. In: *Álcool e trabalho: revisitando conceitos à luz de novas descobertas* (pp. 39-79). Juruá.

- Moraes, R. J. S., & Barroco, S. M. S. (2016). Concepções do alcoolismo na atualidade: pesquisas hegemônicas, avanços e contradições. *Psicologia: teoria e pesquisa* (Vol. 32, pp. 229-237). <https://www.scielo.br/j/ptp/a/MK3YVrXGyQX99nbrGLX7J8n/abstract/?lang=pt>
- Paiva, F.S., & Costa, P.H.A. (2017). Desigualdade social, políticas sobre drogas e direitos humanos: Uma reflexão sobre a realidade brasileira. In: Vecchia, M. D., Ronzani, T. M., & Santana, C. P. *Drogas e direitos humanos: reflexões em tempos de guerra às drogas*. (pp. 53-62). Rede UNIDA.
- Sato, L. (2010). Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações. In Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea*. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/05/psic\\_trabalhoFINAL.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/05/psic_trabalhoFINAL.pdf)
- Silva, N. B., Ferreira, M. L., & Sartes, L. M. A. (2019). Características sociodemográficas e psicossociais de trabalhadores relacionadas ao uso de álcool. *HU Revista* (Vol. 45, n. 2, pp. 140-147). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/16917>
- Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (2004). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Artmed.